

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM

SUELEN WANDERLEY DE OLIVEIRA

**UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA *ESCREVIVÊNCIA* DE CAROLINA MARIA
DE JESUS NA OBRA QUARTO DE DESPEJO**

RECIFE

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM

SUELEN WANDERLEY DE OLIVEIRA

**UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA *ESCREVIVÊNCIA* DE CAROLINA MARIA
DE JESUS NA OBRA QUARTO DE DESPEJO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Linguística, na área de concentração de Estudos Interdisciplinares da Linguagem, sob orientação da Profa. Dra. Dorothy Bezerra Silva de Brito.

RECIFE

2021

SUELEN WANDERLEY DE OLIVEIRA

**UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA *ESCREVIVÊNCIA* DE CAROLINA MARIA
DE JESUS NA OBRA QUARTO DE DESPEJO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Linguística, na área de concentração de Estudos Interdisciplinares da Linguagem.

Aprovado:

Às dez horas (10:00h) do dia dezessete do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um (17/12/2021), reuniu-se, por videoconferência, a Banca de Defesa da dissertação apresentada pela Mestranda Suelen Wanderley de Oliveira, CPF no 057.172.324-11, para avaliação do trabalho intitulado “UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA *ESCREVIVÊNCIA* DE CAROLINA MARIA DE JESUS NA OBRA QUARTO DE DESPEJO”. Após arguição, análise e sugestões das examinadoras, a Banca, composta pelas Professoras Doutoras: Dorothy Bezerra Silva de Brito (Orientadora), do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal Rural de Pernambuco (PROGEL/UFRPE); Brenda Carlos de Andrade (Examinadora Interna), do PROGEL/UFRPE; Lilian Noemia Torres de Melo Guimarães (Examinadora Externa), da Unidade Acadêmica de Serra Talhada da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UAST/UFRPE), DECIDIU, por unanimidade, atribuir o conceito APROVADA à Defesa do trabalho supracitado. Assina também esta Ata, em duas (2) vias de igual teor e forma, sem rasura nem emenda, a Prof.a Dr.a Vicentina Maria Ramires Borba, Coordenadora do PROGEL/UFRPE, para os devidos efeitos legais.

Recife, 17 de dezembro de 2021.

ATA Nº ATA DEFESA DISSERTAC/2021 - PROGEL-CPPGSC (11.01.29.17.33)
(Nº do Documento: 1144)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 21/12/2021 10:08)

BRENDA CARLOS DE ANDRADE

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

DL (11.01.08)

Matricula: 1526389

(Assinado digitalmente em 20/12/2021 14:36)

DOROTHY BEZERRA SILVA DE BRITO

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

DIGER-UAST (11.01.43)

Matricula: 1757047

(Assinado digitalmente em 20/12/2021 10:28)

LILIAN NOEMIA TORRES DE MELO GUIMARAES

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

DIGER-UAST (11.01.43)

Matricula: 3047143

(Assinado digitalmente em 18/12/2021 07:14)

VICENTINA MARIA RAMIRES BORBA

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

DL (11.01.08)

Matricula: 2249818

RECIFE

2021

Para todos que contribuíram com a minha caminhada até aqui.

“[...] escrever pode ser uma espécie de vingança, às vezes fico pensando sobre isso. Não sei se vingança, talvez desafio, um modo de ferir o silêncio imposto, ou ainda executar um gesto de teimosa esperança.” (EVARISTO, 2003, p. 2)

Resumo

Realizamos nessa dissertação um estudo que, ao eleger como aporte teórico a análise do discurso, buscou ir além da seleção de termos, objetivando alcançar o social, ou seja, que não focou apenas na elaboração dos escritos, mas que extrapolou o texto com o intuito de auxiliar na quebra do secular silêncio que calou, e ainda cala mulheres negras que fazem do papel, do discurso e da literatura meios para revelar-se, e procuram descortinar, pela palavra, o seu estar e ser negra no mundo. Para isso, buscando compreender a obra escrita por Carolina Maria de Jesus, *Quarto de despejo*: diário de uma favelada, nos utilizamos da proposta de Fairclough, para quem o discurso é um modo de representação e ressignificação do mundo e das pessoas, sendo uma prática social e não individual. Logo, a Análise de Discurso Crítica (ADC) constitui-se como a base para um estudo que busca investigar a mulher negra na literatura, pois tem em seus pressupostos uma perspectiva teórico-metodológica para análises linguísticas e socialmente orientadas. Ademais, nos utilizamos da noção de necropolítica proposta por Achille Mbembe (2018), para quem o Estado, em sua soberania, tem o direito de escolher quem pode viver e quem pode morrer; dos estudos de Spivak (2010) sobre subalternidade, situação que afeta de forma geral as pessoas negras e de forma mais contundente o gênero feminino; consultamos também o trabalho de outros teóricos decoloniais que contribuíram com a análise, assim como as vozes feministas negras como bell hooks, Lélia Gonzalez e Conceição Evaristo. Para a metodologia, nos apoiamos na pesquisa qualitativa proposta por Minayo. Dentre as categorias de análise textual propostas pela ADC, serão retratados vocabulário e gramática, tentando compreender as escolhas lexicais feitas por Carolina em seu diário e com quais sentidos elas foram empregadas, além de abordar as condições socioeconômicas em que Carolina viveu e a importância da leitura e da escrita em sua vida. No que se refere à segunda categoria do modelo de análise tridimensional de Fairclough – denominada prática discursiva – analisamos a relação entre linguagem e sociedade, considerando-se o contexto vivido por Carolina. Na terceira categoria analítica de Fairclough – a prática social, abordamos questões ideológicas e hegemônicas. No entanto, entendemos que a categorização não esgota a análise, pois buscamos ultrapassar a descrição, propiciando uma análise crítica de realidades de injustiças e desigualdades para, assim, contribuímos na promoção de uma mudança social.

Palavras-chave: Linguagem; Sociedade; Análise de Discurso Crítica; Carolina Maria de Jesus; Quarto de Despejo

Abstract

In this dissertation, we carried out a study that, by using discourse analysis, sought to go beyond the selection of terms to reach the social. That means that it did not focus only on the elaboration of the writings, but that it extrapolated the text and that, in this way, it was able to break the secular silence, which silenced, and still silences, black women who make out of paper, speech and literature means to reveal themselves, and seek to unveil, through the word, their being and being black in the world. For this, seeking to understand the work writing by Carolina Maria de Jesus, *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, we used Fairclough's proposal, for whom discourse is a mode of representation and resignification of the world and people, it is a social and not an individual practice. Therefore, Critical Discourse Analysis (CDA) constitutes the basis for a study that seeks to legitimize black women in literature, as it has in its assumptions a theoretical-methodological perspective for linguistic and socially oriented analyses. Furthermore, we use the notion of necropolitics proposed by Achille Mbembe (2018), for whom the State, in its sovereignty, has the right to choose who can live and who can die, from Spivak's (2010) studies on subordination, a situation that it affects black people in general and the female gender more strongly. We also consulted the work of other decolonial theorists who contributed to the analysis, as well as black feminist voices such as bell hooks, Lélia Gonzalez and Conceição Evaristo. For the methodology, we will rely on the qualitative research proposed by Minayo. Among the textual analysis categories proposed by the CDA, vocabulary and grammar, will be tried, seeking to understand the lexical choices made by Carolina in her diary and with which meanings they were used, in addition to addressing the socioeconomic conditions in which Carolina lives and the importance of reading and writing in her life. With regard to the second category of Fairclough's three-dimensional analysis model – called discursive practice – we will analyze the relationship between language and society, considering the context experienced by Carolina. In Fairclough's third analytical category – social practice, we will address ideological and hegemonic issues. However, we understand that categorization does not exhaust the analysis, as we seek to go beyond description, providing a critical analysis of the realities of injustices and inequalities, thus promoting social change.

Keywords: Language; Society; Critical Discourse Analysis; Carolina Maria de Jesus; Quarto de Despejo

Sumário

Introdução	10
Capítulo I	18
ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA, LINGUAGEM, PODER, HEGEMONIA, SOCIEDADE E IDEOLOGIA, CONCEITOS	18
1.1 Um breve recorte da ADC	18
1.2 Discurso e Poder.....	23
1.3 Ideologia	30
Capítulo II	33
METODOLOGIA DE PESQUISA	33
Capítulo III	37
UM ESTUDO DO GÊNERO DISCURSIVO DIÁRIO	37
2.1 O estudo do gênero discursivo.....	37
2.2 O gênero diário e a autobiografia	44
Capítulo IV	50
UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE COLONIALISMO E COLONIALIDADE . 50	
3.1 Colonialismo e Colonialidade	50
Capítulo V	63
ALÉM DO QUARTO DE DESPEJO	63
4.1 Carolina Maria de Jesus: vida e obra.....	63
4.2 O peso da cor da pele.....	67
Referências	85

Introdução

No ensaio “Falando em línguas: carta para mulheres escritoras do terceiro mundo”, publicado por Gloria Anzaldúa, a autora dirige-se às “queridas mulheres de cor” para levantar indagações sobre o ato de escrever e sobre quem tem autoridade para fazê-lo. Logo, a carta se direciona também - porque mulher de cor abarca mais que mulher negra no contexto norte-americano em que Anzaldúa escreve - às mulheres negras como Carolina Maria de Jesus - escritora brasileira, afetada pelo racismo e sexismo - que veem na escrita um lugar de obstáculos a serem transpostos para o reconhecimento intelectual. Assim, Anzaldúa inicia seu texto questionando,

Quem nos deu permissão para praticar o ato de escrever? Por que escrever parece tão artificial para mim? Eu faço qualquer coisa para adiar este ato, esvazio o lixo, atendo o telefone. Uma voz é recorrente em mim: Quem sou eu, uma pobre chicanita do fim do mundo, para pensar que poderia escrever? Como foi que me atrevi a tornar-me escritora enquanto me agachava nas plantações de tomate, curvando-me sob o sol escaldante, entorpecida numa letargia animal pelo calor, mãos inchadas e calejadas, inadequadas para segurar a pena? Como é difícil para nós pensar que podemos escolher tornar-nos escritoras, muito mais sentir e acreditar que podemos! O que temos para contribuir, para dar? Nossas próprias expectativas nos condicionam. Não nos dizem a nossa classe, a nossa cultura e também o homem branco, que escrever não é para mulheres como nós? (ANZALDÚA, 2000, p. 230)

Diante disso, nosso texto nasce primeiro da inquietação quanto ao reconhecimento das obras literárias produzidas por mulheres negras no Brasil e, em segundo lugar, da visão estereotipada delas nos textos da Literatura Brasileira, pois é fato a existência de um racismo estrutural que limita a produção discursiva de mulheres negras, visto que, de acordo com pesquisa realizada por Dalcastagnè, nossos autores são, “em sua maioria, homens, brancos (praticamente todos), moradores dos grandes centros urbanos e de classe média” (DALCASTAGNÈ, 2007, p. 18).

Estreitando ainda mais a análise, conforme levantamento do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (Gemaa)¹, o Prêmio Nobel de Literatura foi concedido a 113 pessoas, mas apenas 14 mulheres o receberam desde 1901, quando foi criado, e, dessas, apenas uma era negra, a norte-americana Toni Morrison, cujas obras ganharam reconhecimento ao mostrar a realidade dos negros nos Estados Unidos, com

¹ Disponível em: < <http://gemaa.iesp.uerj.br/>>. Acesso em: 10 de out. de 2019.

foco em personagens femininas. Já no Brasil, o Prêmio Jabuti, considerado o prêmio literário mais tradicional do país, desde sua criação, em 1959, nunca concedeu o primeiro lugar, no eixo Literatura, a uma autora negra, entregando o terceiro lugar a Conceição Evaristo, no ano de 2015, pelo livro *Olhos D'água*. Diante desse cenário, Evaristo, como forma de expor a falta de representatividade negra e feminina na Academia Brasileira de Letras (ABL) e conseqüentemente no cenário literário do Brasil, em 2018², após uma intensa campanha nas redes sociais, decidiu entrar na disputa pela cadeira de número 7, mas recebeu apenas um voto contra 22 do então eleito Cacá Diegues. Mais adiante, a autora afirmou, em uma entrevista³, que essa falta de reconhecimento no meio acadêmico está ligada ao imaginário criado em torno da mulher negra que

samba muito bem, dança, canta, cozinha, faz o sexo gostoso, cuida do corpo do outro, da casa da madame, dos filhos da madame. Mas reconhecer que as mulheres negras são intelectuais em vários campos do pensamento, produzem artes em várias modalidades, o imaginário brasileiro pelo racismo não concebe. Para uma mulher negra ser escritora, é preciso fazer muito carnaval primeiro.

Desse modo, a ABL, fundada em 1897, apenas em 1977 recebeu Rachel de Queiroz⁴, mas, até o momento, nenhuma mulher negra. Assim, a instituição, com 124 anos de existência, nunca elegeu uma mulher negra como imortal para ocupar uma de suas 40 cadeiras.

Conseqüentemente, o racismo estrutural da sociedade brasileira se reflete também no mercado editorial e na dificuldade de publicar quando se é mulher, negra e escritora. Ademais, de acordo com Dalcastagnè (2007), o número de escritoras negras nas listas de prêmios e nos catálogos das grandes editoras é mínimo. Dessa forma, tal discussão se faz relevante, uma vez que os estudos e pesquisas relacionados à valorização da leitura de obras escritas por mulheres negras mostram que essas ainda são constantemente marginalizadas ou secundárias. Além disso, nosso interesse pelo tema nasce junto com nosso trabalho realizado na rede pública de ensino do Estado de Pernambuco, pois nasce do desejo de contribuirmos para a formação de um pensamento crítico a respeito do contexto social em que os alunos foram inseridos.

² Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/08/30/conceicao-evaristo-escritora-negra-eleicao-abl/>>. Acesso em: 11 de out. de 2021.

³ Disponível em: <<https://www.carta.com.br/sociedade/conceicao-evaristo-201cnossa-fala-estilhaca-amascara-do-silencio201d/>>. Acesso em: 11 de out. de 2021.

⁴ Disponível em: <<http://www.academia.org.br/>>. Acesso em: 10 de out. de 2019.

Somado a isso, é fundamental destacar a forma como essa mulher é representada nas obras, pois, ainda segundo Dalcastagnè (2007, p. 18), considerando as características do escritor branco, “é de dentro dessa perspectiva social que nascem suas personagens, que são construídas suas representações”. Logo, partindo desse contexto, a mulher negra está ausente dessas narrativas, ou, quando incluída, é colocada em um plano secundário e representada, então, a partir da visão, isto é, do discurso do homem branco. Desse modo, a história não é sobre a mulher negra, mas sobre a relação que se estabeleceu entre ela e o homem branco e sobre como a imagem dela foi construída culturalmente a partir dessa perspectiva. Sobre isso, Anzaldúa escreve,

Por que eles nos combatem? Por que pensam que somos monstros perigosos? Por que *somos* monstros perigosos? Porque desequilibramos e muitas vezes rompemos as confortáveis imagens estereotipadas que os brancos têm de nós: A negra doméstica, a pesada ama de leite comum a dúzia de crianças sugando seus seios, a chinesa de olhos puxados e mão hábil — “Elas sabem como tratar um homem na cama”. (ANZALDÚA, 2000, p. 230, 231)

É nesse cenário que emerge a importância de um estudo que busque analisar o retrato dessas mulheres na literatura, através de suas obras, visto que é fundamental mostrar que a representatividade da mulher negra é inscrita através de experiências culturalmente construídas em relações sociais, fruto de sua vivência, e que isso ocorre no âmbito da história coletiva, pois, essas relações são contextualizadas e envolvidas pela cultura do grupo em que ela se insere. Por esse viés, é necessário pensar essa literatura, uma vez que é de extrema relevância ponderar as contradições, seja na ação ou na linguagem, dado que ambas são conflituosas e contraditórias, minadas pelos efeitos de poder, das relações e desigualdades sociais, assim como pelos interesses dos grupos dominantes.

Por isso, definimos como objetivo geral analisar a construção da representatividade da mulher negra na literatura escrita por uma mulher negra, assim como a construção de sua referenciação, uma vez que isso interfere diretamente na forma como ela se autorepresenta na obra escolhida, no caso, *Quarto de Despejo* de Carolina Maria de Jesus.

Como desdobramento de tal objetivo, elencamos os objetivos específicos que serão adotados:

- a) Investigar os elementos linguísticos que se manifestam por meio de práticas linguísticas as quais favorecem a reprodução de ideologias dominantes na obra literária *Quarto de Despejo*.
- b) Problematizar sobre os fatores sociais e históricos que contribuíram e contribuem para a representatividade da mulher negra na obra *Quarto de Despejo*.
- c) Refletir, a partir de uma perspectiva feminina afrodescendente, sobre a construção da representatividade de Carolina Maria de Jesus, na obra em análise, como reflexo de preconceitos e estereótipos construídos pela sociedade.

Ao considerar esses objetivos será possível verificar que as práticas linguísticas são instâncias de poder social, que, muitas vezes, funcionam como reprodução de ideologias dominantes, as quais consideram subalternas mulheres negras e faveladas como Carolina. Logo, com base nos objetivos apresentados, a seguinte hipótese pode ser levantada aqui,

- (i) os sistemas linguísticos atuam na representação da realidade das mulheres negras na obra literária em análise, assim como as experiências cotidianas, ou seja, as *escrevivências*⁵ da autora escolhida determinam a forma como ela se representa, visto que sofre preconceitos e a ela são atribuídos estereótipos sociais.

Diante dessa hipótese nos questionamos sobre o que causa essa situação na vida de Carolina, ou seja, que elementos históricos e sociais determinam a escrita de Carolina Maria de Jesus? Pois, em razão disso, ela apresenta uma personagem que costura sua vida com “fios de ferro” (EVARISTO, 2016, p.109) ao apresentar uma mulher, negra e em

⁵ “A escritora mineira Conceição Evaristo cunhou o termo “escrevivência” para representar sua própria escrita e as escritas das mulheres negras na literatura. O termo criado pela intelectual é a junção das palavras “escrever” e “viver”, portanto está ligado à ideia de uma escrita “contaminada” com a subjetividade da escritora. Sua obra é marcada pela crítica social, pela história dos afrodescendentes, pela ancestralidade e por profundas reflexões sobre raça e gênero. Em entrevista ao jornal O Globo (2016), Evaristo afirma: “— Eu sempre tenho dito que a minha condição de mulher negra marca a minha escrita, de forma consciente inclusive. Faço opção por esses temas, por escrever dessa forma. Isso me marca como cidadã e me marca como escritora também” (LEITE, NOLASCO, 2019, p.2)

situação de miséria como tantas outras, mas que difere em experiências, nos modos de conceber e lidar com a realidade.

Essa compreensão vem através da análise do discurso de Carolina Maria de Jesus, pelo qual será possível investigar a construção da referência à mulher negra na obra, pois foi por meio de sua escrita que ela pôde resistir aos discursos e às ideologias já estruturadas na sociedade e, dessa forma, ressignificar sua existência, agindo, segundo sugere a Análise do Discurso Crítica (doravante ADC), como protagonista social, em vez de simples sujeitos de sua história.

Dito isso, o nosso *corpus* será composto de trechos da obra, em que será possível observar a construção da identidade de que Carolina se utiliza e da sociedade brasileira. Para isso, selecionamos trechos que mostram a forma como ela se enxerga no contexto social em que habita. Essa análise será acompanhada do contexto histórico e social que evidencia o aspecto estrutural do preconceito na sociedade brasileira.

Diante disso, para nortear o percurso analítico, consideramos utilizar a ADC visto que, através de sua perspectiva teórica sobre a língua, essa teoria é capaz de realizar uma investigação não apenas linguística, mas discursiva e interdiscursiva com foco sobre o discurso na mudança social. Além disso, é fundamental ponderar os fatores históricos, pois segundo Fairclough (2008, p. 135) a “historicidade inerente aos textos permite-lhes desempenhar os papéis centrais que têm na sociedade contemporânea no limite principal da mudança social e cultural”, ou seja, literatura, linguagem e história constituem campos significativos da representação social e das práticas discursivas, as quais, em suas diversas finalidades, atuam de formas diferentes na identificação de um dado grupo social. Esse processo, no entanto, é permeado pelas relações hegemônicas de poder que, de maneira recíproca, moldam e são moldadas pelas estruturas e práticas sociais.

Considerando o fato de que a linguagem se apresenta como um espaço de luta e representação, utilizaremos conceitos como identidade, interseccionalidade, necropolítica e colonialidade, dado que eles interferem diretamente na forma como a narradora se autorrepresenta na obra. Dado que Carolina tinha na escrita uma forma não apenas de denunciar a realidade da vida na favela, como também uma forma de escapar, mesmo que apenas na imaginação, de sua realidade que, segundo ela, era preta: “A vida é igual um livro. [...] A minha, até aqui, tem sido preta” (JESUS, 2014, p.167). Assim, por meio da escrita ela buscava se libertar de sua condição marginalizada.

A ADC busca realizar uma análise crítica dentro do seu contexto social, considerando fatores semióticos que colaboram para a construção de sentidos ao englobar

a linguagem verbal e não-verbal, ou seja, imagens, linguagem corporal e a própria língua e, por consequência, os discursos dos atores sociais. Esses, dependendo da posição social que ocupem, farão diferentes representações da vida social, uma vez que apresentam identidades distintas.

Além disso, apresenta-se como uma teoria da ciência social crítica, com ênfase nas problemáticas sociais de grupos, muitas vezes, classificados como minorias, segundo Fairclough e Melo (2012, p. 6), “os chamados “perdedores” dentro de certas formas de vida social – os pobres, os excluídos socialmente, aqueles que estão sujeitos a relações opressivas de raça e sexo, e assim por diante”, ou ainda, segundo van Dijk (2005, p. 19), atua estudando “o modo como o abuso do poder social, a dominância e a desigualdade são postos em prática, e igualmente o modo como são reproduzidos e o modo como se lhes resiste, pelo texto e pela fala, no contexto social e político”. É nesse contexto que a teoria abarca em seus estudos a questão da mulher negra que por muito tempo aparece silenciada na sociedade, pois historicamente ela é vista como se tivesse apenas uma história prévia de escravidão e quase como se não possuísse uma história posterior. Uma mulher rodeada de problemáticas sociais controversas e contestáveis que busca estabelecer seu papel e sua identidade na sociedade.

Logo, é fundamental considerar a terceira dimensão da teoria tridimensional de Fairclough que entende o discurso como prática social, já que a linguagem é uma forma de ação sobre o mundo e sobre o interlocutor. Assim, o método, proposto pelo autor em 1989, apresenta três dimensões do discurso, ou seja, três categorias analíticas, a saber: texto, prática discursiva e prática social. Nesse contexto, “qualquer ‘evento discursivo’ [...] é considerado como simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 22).

Buscando compreender o texto, mais especificamente o gênero textual diário, contaremos com os estudos linguísticos de teóricos como Mikhail Bakhtin, José Luiz Fiorin, Motta-Roth entre outros que, por meio da grande contribuição teórica, permitem que repensemos práticas relacionadas aos estudos dos gêneros, os quais, segundo Bakhtin (1997), são tipos “relativamente estáveis” de enunciados elaborados pelas diversas esferas da atividade humana e surgem paralelamente às necessidades e atividades socioculturais, assim como na relação com inovações tecnológicas. Ou seja, mesmo relacionados a formas linguísticas, os gêneros estão sujeitos a transformações sociais. Basicamente, podem ser entendidos como fenômenos históricos, vinculados à vida social, frutos de um trabalho coletivo e constante da ação criativa. Além da definição de gênero,

o autor nos apresenta uma visão dialógica e polifônica da linguagem capaz de retomar vozes anteriores e antecipar outras que ainda estão por vir. É desse processo de interação que surgem as contradições e lutas sociais (RESENDE, 2019).

Nesse sentido, o diário apresenta-se como um gênero autobiográfico em que são relatados o registro da realidade pessoal e as experiências concretas associadas à realidade histórico-social em que foi concebido. Dessa forma, é válido considerar o período histórico no qual foi produzido para compreender as mudanças políticas e sociais que, conseqüentemente, o afetam. No entanto, mesmo o diário sendo um gênero pessoal que busca a expressão do eu ao relatar experiências, ideias, opiniões, desejos, sentimentos, acontecimentos e fatos do cotidiano, e sendo sempre pautado pelo ficcional, o que confere um caráter literário, um objeto artístico, em sua obra, Carolina Maria de Jesus não descreve apenas o cotidiano de uma mulher negra, pobre, moradora de uma favela em São Paulo, mas narra, de forma crítica, suas memórias para não se esquecer de si, não se perder de si, a escrita aparece como “maneira de recolher a leitura feita e de se recolher nela” (FOUCAULT, 2004, p. 150), e ainda denuncia a situação angustiante dos marginalizados que, assim como ela, ali viviam.

Nesse ponto, o diário de Carolina apresenta-se com uma função singular, pois carrega em si o desejo de resistir, de denunciar, de sobreviver e de escrever sua vivência. Com isso, os escritos acabaram por promover a escrita do ser e não apenas de representação do sujeito subalterno. Para Conceição Evaristo,

o que levaria determinadas mulheres, nascidas e criadas em ambientes não letrados, e quando muito, semi-alfabetizados, a romperem com a passividade da leitura e buscarem o movimento da escrita? Talvez, estas mulheres (como eu) tenham percebido que se o ato de ler oferece a apreensão do mundo, o de escrever ultrapassa os limites de uma percepção de vida. (...) Em se tratando de um ato empreendido por mulheres negras, que historicamente transitam por espaços culturais diferenciados dos lugares ocupados pela cultura dominante, escrever adquire um sentido de insubordinação (EVARISTO, 2007, p. 20-21).

Ainda que se apresente como um texto que retrata experiências pessoais da autora, faz-se importante destacar que são relatos da memória e, por isso, podem não ser considerados fidedignos. Nesse caso, sendo o diário uma literatura autobiográfica, pode conter um caráter tanto real quanto de ficção, uma vez que filtra os acontecimentos por meio da escrita. Para tal, consideramos o fato de que se trata de um texto literário e, por isso, mesmo apresentando um relato da situação vivida pela narradora, existe uma diferença entre a obra literária e a realidade, visto que a literatura trabalha com a plena funcionalidade da linguagem. Nesse ponto, a ideia de abordar o texto literário é

fundamental para considerar a interface da linguística com outras áreas que estudam a linguagem.

Nos capítulos que se seguem serão apresentadas: a revisão da literatura, a metodologia de pesquisa e a discussão da análise dos trechos da narrativa e reflexões concernentes ao estudo realizado. Partindo dos pressupostos apresentados, a estrutura composicional do trabalho está organizada em cinco capítulos, sendo três deles para compor o arcabouço teórico e metodológico do estudo, e um último em que será realizada a apresentação da trajetória da autora e a análise dos dados elencados para a investigação. Desse modo, no primeiro capítulo, nos dedicaremos a abordar conceitos fundamentais da ADC para a investigação, apresentando um aparato geral sobre a corrente teórica, discorrendo sobre seus princípios, conceitos básicos e caráter epistemológico. Em seguida, apresentaremos a metodologia de pesquisa. No terceiro capítulo, situaremos algumas questões sobre gênero textual e, mais especificamente, o gênero diário, assim como suas características. No quarto capítulo, apresentaremos uma discussão sobre colonialismo e colonialidade. Já no quinto e último capítulo, abordaremos a história pessoal de Carolina e se dará a análise lexical dos elementos linguísticos a partir de trechos da narrativa. As análises propostas seguirão os passos metodológicos traçados no Capítulo II, de modo a buscar responder o problema dessa pesquisa e confirmar ou não a hipótese levantada.

Por fim, na conclusão, apresentaremos algumas discussões fundamentais encontradas no decorrer da trajetória da pesquisa e lançaremos reflexões para trabalhos futuros, pois acreditamos que esse trabalho se justifica diante de um cenário social, até mesmo mundial, atravessado por restrições de direitos que implicam em uma falta de representatividade da mulher negra seja na literatura, seja no contexto social.

Em vista disso, buscamos considerar a perspectiva da mulher negra, enquanto sujeito que tem voz e é capaz de contar sua própria história, e que faz isso por meio de uma escrita literária ao narrar suas *escrevivências* na favela do Canindé, em São Paulo, lugar que ela chama de quarto de despejo.

Capítulo I

ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA, LINGUAGEM, PODER, HEGEMONIA, SOCIEDADE E IDEOLOGIA, CONCEITOS

Nesse capítulo, temos como objetivo resgatar algumas noções introdutórias para compreender a Análise de Discurso Crítica (ADC), como linguagem, discurso, poder, hegemonia, sociedade e ideologia, propostas por Norman Fairclough na obra *Discurso e mudança social* (2001), cuja Teoria Social do Discurso apresenta a linguagem como uma prática social, mais especificamente no Capítulo 3, ao considerar a linguagem não apenas como forma de representação do mundo, assim como de seus fatos, mas algo que atua na transformação social, agindo sobre sua realidade constitutiva.

Isso posto, o trabalho de Fairclough apresenta-se de forma dialética, pois, ao considerar o diálogo entre os interlocutores, busca articular uma crítica do discurso com o propósito de oportunizar uma crítica da realidade social, identificando problemáticas socialmente estruturadas que precisam ser discutidas para que seja possível traçar uma linha capaz de promover uma transformação social. Segundo o autor,

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. (FAIRCLOUGH, 2008, p. 91)

Assim, o discurso é tanto moldado pela estrutura social, quanto constitutivo dela. Logo, os conceitos escolhidos, linguagem, sociedade, discurso, poder, hegemonia e ideologia, são fundamentais, pois carregam em si relevantes e específicos conceitos discursivos, além de moldarem práticas sociais, em especial dentro da temática que escolhemos analisar.

Também apresentaremos a metodologia de análise utilizada para explorar o *corpus*. Assim, o capítulo está dividido quatro seções, respectivamente: Um breve histórico da ADC, Discurso e Poder, Ideologia e Metodologia de Pesquisa. Sendo assim, iniciaremos realizando um recorte histórico da ADC.

1.1 Um breve recorte da ADC

A AD ganha destaque em um período da história marcado por entraves políticos que conduziram ao Maio de 68, evento em que um grupo de intelectuais vinculados ao Partido Comunista Francês (PCF), entre eles Althusser, reivindicavam contra a rigidez do sistema educacional, e a partir disso instalou-se uma crise teórica, comportamental e

cultural. É nesse momento que se inicia a superação dos paradigmas estruturalistas e ganham destaque o sujeito e os elementos sócio-históricos, excluídos por Saussure, em sua interação. Nesse cenário, Foucault (1983 *apud* GREGOLIN, 2006, p. 27) entende que o estruturalismo se trata de um pequeno episódio que atua dentro de movimentos políticos e descaracteriza os rótulos de estruturalista ou pós-estruturalista, ao considerar que estamos em um mundo plural e não simplificador. Desse encontro do marxismo com o estruturalismo na França de 60, segundo Pêcheux, surge uma tentativa de explicar a junção da linguagem com a história e, em razão disso, erguem-se as novas práticas de leitura do discurso. Nesse percurso, Pêcheux e Foucault vão construindo releituras, reinterpretações, problemáticas que se desenvolvem e geram uma contínua reflexão sobre o já dito.

Cientificamente, foi necessário rearticular a reflexão sobre o discurso, a língua, o sujeito e a História, partindo das formulações de Althusser, para então reorganizar a AD. Em sua primeira época, Pêcheux realiza uma releitura de Saussure ao pensar a langue em seu caráter social, e unindo a esse processo o pensamento Marx e Freud. Nesse ínterim, acredita que a “análise automática” (GREGOLIN, 2006, p. 62), que propõe o “primado do Mesmo sobre o Outro” (estruturalista, ao propor a análise de enunciados de base), conduz para o segundo momento em que se trabalha a heterogeneidade. Nesse período, é feita a reinterpretação do conceito de formação discursiva de Foucault e são apresentadas as bases da AD por meio do seu “quadro epistemológico” (Ibidem), que explicita a vinculação com Saussure, Marx e Freud, e reafirma a análise das relações entre língua, discurso, ideologia e sujeito, formulando a teoria dos “dois esquecimentos”. Em sua terceira época vincula-se ao partido comunista e aproxima-se das ideias de Foucault e abre várias problemáticas sobre o discurso, a interpretação, a estrutura e o acontecimento. Duas ideias básicas de Saussure permanecem nas três épocas: a língua é um sistema e, portanto, tem uma organização, e a língua é uma instituição social (GREGOLIN, 2006, p. 64).

Todavia, para Fairclough (2001), a abordagem desenvolvida pelo grupo de Pêcheux, embora apresente pontos positivos, presta “pouca atenção à luta e à transformação nas relações de poder e ao papel da linguagem” (Idem, p. 20). Ou seja, a teoria foca no caráter ideológico dos textos, mostrando apenas as relações de poder existentes, não enfatizando os processos de produção e interpretação de textos, dado que esses são permeados pelas mudanças sociais. Assim, a luta e a transformação das relações de poder instituídas por grupos e organizações dominantes são pouco estudadas.

Utilizando-se do diálogo entre a Filosofia e a História, Foucault reinterpreta os saberes ao passo que os reconstrói. É nesse processo que o homem surge como objeto e sujeito do saber. O sujeito passa ao centro da construção da obra de Foucault, que pode ser analisada em três grandes momentos. No primeiro, observa-se a “doença mental” como terreno para codificar a estranheza e a anormalidade, o positivo e o negativo, o significativo e o insignificante, e nesse movimento acompanha o nascimento das ciências humanas por meio da arqueologia. Aqui os tipos de discurso são estudados como foco para o estabelecimento de áreas de conhecimento (FAIRCLOUGH, 2001, p. 63). No segundo momento, conhecido como “genealogia do poder”, o foco está nas práticas de poder e na sua relação com o saber, para isso analisa as instituições de controle social (GREGOLIN, 2004). Em um terceiro momento, abordará a questão subjetiva da identidade do sujeito. Essas etapas não se deram de forma precisamente demarcada, mas é possível observar uma predominância temática em cada uma delas. Segundo Fairclough (2001), o conceito de discurso para Foucault muda conforme cada momento de sua obra, e essa mudança acaba refletindo na Análise de Discurso Textualmente Orientada (ADTO) proposta por Fairclough.

Mesmo que a análise de Foucault não dialogue com a proposta de Fairclough, pois, segundo ele, a abordagem de Foucault para o discurso e o contexto intelectual, no qual foi desenvolvida, são tão diferentes do seu próprio trabalho, que “não é possível simplesmente aplicar o trabalho de Foucault em análise de discurso” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 62), mas ele apresenta importantes perspectivas sobre discurso e linguagem que podem ser aplicadas, quando adequado, ao trabalho da ADTO. Essa contribuição, ainda segundo Fairclough, se dá no que se refere à “formação discursiva de objetos⁶, sujeitos⁷ e conceitos⁸” (Ibidem, p. 91), pois “o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação de mundo, constituindo e construindo o mundo em significado” (Ibidem). Desse modo, o processo de articulação entre objetos, sujeitos e conceitos transforma o discurso em uma prática discursiva, ou, como afirma Fairclough (2001, p. 65), em uma prática social. Segundo Foucault, as práticas apresentam-se como

⁶ “Por objetos, Foucault entende objetos de conhecimento, as entidades que as disciplinas particulares ou as ciências reconhecem dentro de seus campos de interesse e que elas tomam como alvo de investigação. [...] esse sentido pode ser estendido para as entidades reconhecidas na vida comum). Como exemplo, tem-se a constituição de raça no discurso contemporâneo da mídia e da política” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 66).

⁷ Segundo Fairclough, o sujeito social de Foucault “não é uma entidade que existe fora e independentemente do discurso, como a origem do enunciado (seu autor/sua autora), mas é, ao contrário, uma função do próprio enunciado. Isto é, os enunciados posicionam os sujeitos” (Ibidem, p. 68).

⁸ “Por conceitos, Foucault entende a bateria de categorias, elementos e tipos que uma disciplina usa como um aparato para tratar seus campos de interesse” (Ibidem, p. 70).

um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa. (FOUCAULT, 2008, p. 138)

De acordo com Magalhães (2004, p. 115), isso faz com que elas atuem de forma intermediária entre estruturas sociais, ou seja, a forma como a sociedade se organiza (raça, gênero, classe, parentesco, língua) e eventos, tidos como interações, acontecimentos que ocorrem na vida social (como a aula, a reunião acadêmica ou o culto religioso). Nesse sentido, é fundamental considerar o contexto social em que essas práticas se manifestam, pois ele contribui para a construção do sentido nos textos, os quais são componentes dos eventos sociais quando “contribuem para definir os sentidos construídos nas práticas sociais” (Ibidem).

Considerando a linguagem como parte fundamental da vida social e o discurso como lugar de luta social, as formações discursivas despontam como uma forma de abordar questões sociais e históricas que se articulam para possibilitar a manifestação de enunciados em um contexto social específico. Assim, o conceito de Formação Discursiva (FD), aparece como dispositivo de transformação na concepção do objeto de análise da AD:

o nome formação discursiva constitui, em sentido estrito, grupos de enunciados, isto é, conjuntos de performances verbais que não estão ligadas entre si, no nível das frases, por laços gramaticais (sintáticos ou semânticos); que não estão ligados entre si, no nível das proposições, por laços lógicos (de coerência formal ou encadeamentos conceituais); que tampouco estão ligados, no nível das formulações, por laços psicológicos (seja a identidade das formas de consciência, a constância das mentalidades, ou a repetição de um projeto); mas que estão ligados no nível dos enunciados. (FOUCAULT, 2008, p. 135, 136)

Em outras palavras, uma FD determina o que pode/deve ser dito a partir de um determinado lugar social. Logo, é marcada por regularidades, ou seja, por “regras de formação” (Idem, p. 48) que são concebidas como mecanismos de controle que determinam o interno (o que pertence) e o externo (o que não pertence) de uma formação discursiva. Na segunda fase da AD, a noção de sujeito recorre à ideia de formação discursiva proposta por Foucault, o “outro” – outra(s) FD(s) – é incorporado pela FD em questão. Na terceira fase da AD, por sua vez, adota-se a perspectiva segundo a qual os diversos discursos que atravessam uma FD não se constituem independentemente uns dos outros para serem postos em relação, mas se formam de maneira regulada no interior de um interdiscurso (MUSSALIM; BENTES, 2011, p. 120). Logo, língua e discurso são os

locais de articulação da FD, com isso, palavras e expressões possuem sentido considerando a FD na qual são produzidas.

Essa introdução histórica tem como objetivo estabelecer a distinção entre a Análise de Discurso Francesa e a Análise de Discurso Crítica, visto que historicamente pertencem a ramos distintos dos estudos da linguagem. No entanto, mesmo distintas, é fato que a ADC, por ser transdisciplinar, é resultado de uma gama de estudos. Segundo Ramalho (2005, p. 276),

a ADC é, por princípio, uma abordagem transdisciplinar. Isso significa que não somente aplica outras teorias, mas, por meio do rompimento de fronteiras epistemológicas, operacionaliza e transforma tais teorias com vistas à abordagem sociodiscursiva. Assim sendo, a ADC provém da operacionalização de diversos estudos, dentre os quais, com base em Fairclough (2001), destacamos os de Foucault [...] e Bakhtin [...], cujas perspectivas vincularam discurso e poder e exerceram influência sobre a ADC.

De acordo com Brandão (2004), a linha francesa de análise de discurso parte do pressuposto de que a palavra não existe em si mesma, pois sua existência é determinada pelas “posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que palavras, expressões e proposições são produzidas” (Idem, p. 62). Já a Teoria Social do Discurso, que integra a Análise de Discurso Crítica (ADC), termo proposto pelo linguista britânico Norman Fairclough, em artigo publicado no ano de 1985, foi constituída com vistas a uma abordagem crítico-discursiva de questões sociais, pois trata-se de “uma abordagem científica interdisciplinar para estudos críticos da linguagem como prática social” (RESENDE; RAMALHO, 2011, p. 12). Para Fairclough (2001, p. 28), a abordagem “crítica” implica mostrar conexões e causas que estão ocultas; implica também intervenção [...] fornecendo recursos por meio da mudança para aqueles que possam encontrar-se em desvantagem”, já a abordagem interdisciplinar implica “uma convergência, uma complementaridade, o que significa, de um lado, a transferência de conceitos teóricos e de metodologias e, de outro, a combinação de áreas”⁹ (FIORIN, 2008, p. 38), ou seja, trata-se de ultrapassar fronteiras científicas, pois essa possibilidade migratória é fundamental para a constituição e análise dos discursos.

Historicamente, a ADC se estabeleceu como disciplina na década de 90, momento em que se reuniram para um simpósio Teuan van Dijk, Fairclough, Gunter Kress, Theo van Leeuwen e Ruth Wodak (WODAK, 2003, p. 21). No Brasil, a ADC tornou-se

⁹ Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S1517-106X2008000100003>>. Acesso em: 4 de jun. de 2021.

conhecida por meio do trabalho de pesquisa da Profa. Izabel Magalhães na Universidade Brasília (UnB), na década de 90.

Na próxima seção, vamos analisar como discurso e o poder exercem forte influência sobre a ADC e conseqüentemente atuam nas práticas sociais.

1.2 Discurso e Poder

Tomaremos como base os estudos teóricos de Fairclough, pois apresentam um modelo teórico-metodológico que abarca a prática social e a linguagem dos indivíduos nas mais diversas situações de interação discursiva. Ou seja, sua teoria desponta como uma abordagem transdisciplinar da linguagem no contexto social, dado que, um discurso é capaz de se relacionar com outros nas práticas sociais em que se situa. Com isso, de acordo com Ramalho e Resende (2011, p. 107), “a proposta transdisciplinar da ADC faz dela uma disciplina “aberta”, possibilitando o diálogo e a operacionalização de diversas disciplinas”, apresentando-se como eixo capaz de conectar os mais diversos elementos da vida social. Isso posto, o conceito de dialogismo, proposto por Bakhtin, afirma não estar relacionado diretamente à ideia de um corriqueiro diálogo entre interlocutores, mas entre discursos, já que, para o autor, o discurso pode ser entendido como

a língua em sua integridade concreta e viva e não a língua como objeto específico da linguística, obtido por meio de uma abstração absolutamente legítima e necessária de alguns aspectos da vida concreta do discurso. Mas são justamente esses aspectos, abstraídos pela linguística, os que têm importância primordial para os nossos fins. (BAKHTIN, 1997, p. 212).

Assim, para Bakhtin, o discurso não é centrado exclusivamente na língua, mas nas relações dialógicas que podem vincular diferentes discursos. Segundo Fairclough, ao utilizar o termo discurso, é fundamental

considerar o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. Isso tem várias implicações. Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. [...] Segundo, implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social [...] (FAIRCLOUGH, 2001, p. 90, 91).

Logo, a teoria do discurso, para o autor, deve abordar as lutas e as transformações nas relações de poder instituídas por grupos e organizações dominantes, preocupando-se com as mudanças sociais, abordando de modo crítico questões políticas, morais, assim

como relativas à justiça e ao poder. Sendo “o discurso [...] moldado e restringido pela estrutura social” (Ibidem), o conceito de discurso apresentado por Fairclough visa contribuir para a superação das desigualdades sociais, assim como das injustiças que atuam na sociedade por meio do poder e da dominação. E isso é feito com base em textos orais ou escritos. Logo, de forma crítica, a ADC busca intervir na sociedade de modo a promover mudanças em prol dos menos favorecidos, ressignificando as estruturas sociais.

Diante disso, acreditamos que os estudos da ADC nos guiam por um caminho que conduz à tomada de consciência a respeito dos processos sociais para uma manutenção ideológica de um sistema mundial hegemônico, que nos leva à noção de poder como algo que exerce domínio de forma circular e sistêmica. Por conseguinte, considerando o fato de que discurso e poder exercem forte influência sobre a ADC e que a linguagem, para Bakhtin, apresenta uma composição polifônica, ou seja, uma multiplicidade de vozes,

Essa noção de várias vozes, que se articulam e debatem na interação, é crucial para a abordagem da linguagem como espaço de luta hegemônica, uma vez que viabiliza a análise de contradições sociais e lutas pelo poder que levam o sujeito a selecionar determinadas estruturas linguísticas ou determinadas vozes, por exemplo, e articulá-las de determinadas maneiras num conjunto de outras possibilidades. [...] o conhecimento da gramática é indispensável para que o(a) analista de discurso compreenda como estruturas linguísticas são usadas como modo de ação sobre o mundo e sobre as pessoas. (RESENDE, RAMALHO, 2019, p. 18)

A primeira definição de discurso apresentada por Fairclough se deu em sua obra *Discurso e mudança social*, quando o autor apresenta o discurso como sendo uma prática que precisa considerar três instâncias que não se dividem de forma hierárquica, mas de forma dialética, sendo elas a prática social, a prática discursiva e o texto. É a análise do discurso tridimensional que estabelece uma relação de interdependência entre os três níveis, conforme está representado na Figura 1 (FAIRCLOUGH, 2008, p. 101):

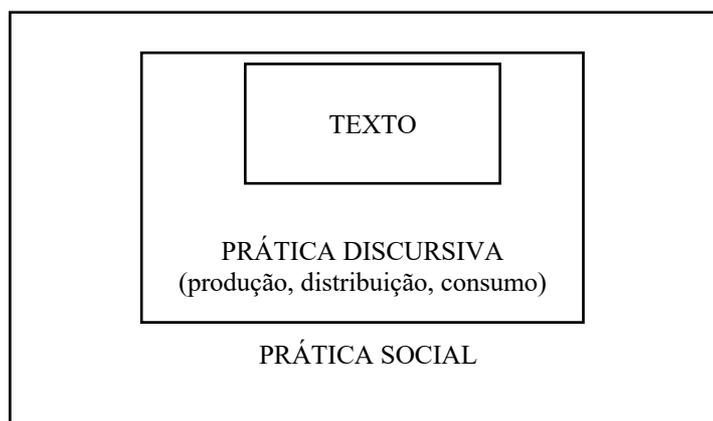


Figura 1 - Concepção tridimensional do discurso em Fairclough

Nesse sistema, a dimensão do texto trata de realizar o entendimento das questões relacionadas à linguística. Já na prática, discursiva tem-se uma mediadora entre o texto e a prática social, pois é nela que ocorre tanto a produção quanto a interpretação, a circulação e o consumo do texto em ambientes diversos. A prática social, no que lhe concerne, trata das questões ideológicas e hegemônicas do discurso, o qual está permeado por relações de poder. Assim, segundo Fairclough

minha formulação da análise na dimensão da prática social está centrada nos conceitos de ideologia e essencialmente de hegemonia, no sentido de um modo de dominação que se baseia em alianças, na incorporação de grupos subordinados e na geração de consentimento. (FAIRCLOUGH, 2008, p. 28)

Posteriormente, o autor vai reformular o conceito junto à linguista Chouliaraki, o que leva a seguinte definição conjunta: “o discurso é uma dimensão das práticas sociais, que seriam constituídas também por elementos não discursivos como as crenças, valores, desejos, instituições e relações sociais” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 29). Essa nova reformulação deixa ainda mais evidente a relação semiótica entre discurso e prática social, assim como o caráter não hierárquico da relação entre os elementos que compõem as práticas sociais, conforme mostram Magalhães, Martins e Resende (2017, p. 154), com base nos estudos de Chouliaraki e Fairclough.

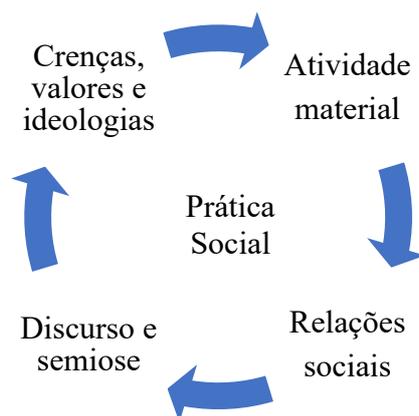


Figura 2 – Composição ontológica das práticas sociais

Desse jeito, entender a linguagem como prática social é, também, assimilá-la como um modo de ação situado na história, que foi, por consequência, produzida

socialmente e, por sua vez, acaba constituindo as identidades e relações sociais, crenças, ideologias, preconceitos, ou seja, todas as relações que os homens estabelecem entre si.

Segundo o alemão Harald Weinrich, toda a linguística é necessariamente Linguística textual, pois, diferente da Linguística Estrutural, procura ir além dos limites da frase, considerando em sua teoria o sujeito e a situação de comunicação, até então excluídos (KOCH; FÁVERO, 2008). Logo, na Teoria ou Linguística do Texto, surgida na década de 80, o texto passa a ser estudado em seu contexto de produção e a ser compreendido não como um produto acabado, mas como um processo, resultado de situações sociocomunicativas – contexto pragmático, ou seja, o texto no contexto. Portanto, o sentido de um texto deve ser construído considerando-se não apenas seus segmentos de maneira isolada, mas é essencial considerar as convenções sociais e a cultura em que ele circula, pois é o resultado de situações sociocomunicativas e, dessa forma, não pode ter seu sentido construído sem que, para isso, o leitor considere o contexto de produção. Diante disso, por textos, vamos abordar aqui a definição de Magalhães, Martins e Resende como sendo

todos aqueles produzidos nas mais diversas situações sociais, formais ou informais, tanto escritos como os falados e visuais. São eles tanto produtos de um processo quanto um processo em si, já que seu surgimento pressupõe uma dinâmica própria de um evento complexo que se relaciona ao tempo, à estrutura social e à ideologia. (MAGALHÃES, MARTINS e RESENDE, 2017, p. 42)

Portanto, a noção de texto vai além da seleção de termos e alcança o social, entendendo questões relacionadas à historicidade, ao contexto, considerando as condições externas da produção, recepção e interpretação, sendo, desse modo, passíveis de múltiplas interpretações.

Para Fairclough, a análise textual pode ser dividida em quatro itens: “vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 103), sendo o vocabulário responsável por tratar das palavras individuais, a gramática das combinações entre essas, as orações e as frases, a coesão dos padrões de encadeamento e a estrutura textual trata da organização macroestrutural do texto (Ibidem, 2008). No que se refere em especial ao vocabulário, de acordo com Ramalho e Resende, com base em Fairclough (2003):

As maneiras particulares de representação de aspectos do mundo podem ser especificadas por meio de traços linguísticos, que podem ser vistos como “realizando” um discurso. O mais evidente desses traços distintivos é o vocabulário, pois diferentes discursos “lexicalizam” o mundo de maneiras diferentes. (RESENDE e RAMALHO, 2019, p. 72)

O teórico também atenta para a importância dos sentidos das palavras, pois deles partem as disputas de poder, as lutas ideológicas que são formas manifestas da hegemonia exercida por um dado grupo, visto que “a palavra funciona como elemento essencial que acompanha toda criação ideológica, seja ela qual for. A palavra acompanha e comenta todo ato ideológico” (BAKHTIN, 1999, p. 36). Somado a isso, deve-se considerar os elementos discursivos como a retórica, escolhas temáticas e conceitos que contribuem para a compreensão e interpretação do texto que são resultado de uma prática discursiva. Esses elementos são constituintes de processos sociais e culturais de uma sociedade. Com isso, a forma como se estrutura o texto busca indicar determinadas ideologias e as intenções de quem o produz.

Já a prática discursiva engloba: “a força dos enunciados, isto é, os tipos de atos de fala (promessas, pedidos, ameaças, etc.) por eles constituídos; a ‘coerência’ dos textos; e a ‘intertextualidade’ dos textos” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 104). Destarte, fica evidente que um texto não é constituído apenas de palavras, essas se submetem a promover a continuidade do texto garantindo sua organização e encadeamento por meio dos recursos coesivos, mas principalmente de um sentido global que ultrapassa a sua superfície, a sua linearidade. Nesse viés, a continuidade da sequência textual deve estar relacionada à continuidade do sentido que se pretende alcançar.

Ao listar os três itens usados na análise da prática discursiva, Fairclough (2008) enfatiza a intertextualidade, pois viabiliza o entendimento das práticas discursivas na sociedade, assim como a relação entre elas. Segundo Fairclough, com base nos estudos de Bakhtin, a intertextualidade

é a propriedade que têm os textos de ser cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados e que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente, e assim por diante. (FAIRCLOUGH, 2008, p. 114)

Para o autor, umas das grandes preocupações da ADC se dá na importância da intertextualidade no processo de análise textual, pois, uma vez que os textos se deslocam e sofrem transformações, é a intertextualidade presente neles, junto com o conhecimento de mundo dos leitores, que contribui para o processo de interpretação e, dessa forma, é possível saber quais são os outros textos presentes e como estes textos estão dialogando entre si de forma colaborativa, conflituosa ou se estão se contradizendo. Assim, Fairclough (Idem, p. 135) afirma que “o conceito de intertextualidade aponta para a

produtividade dos textos, para como os textos podem transformar textos anteriores e reestruturar as convenções existentes (gênero discursivo, discursos) para gerar novos textos”. Essa produtividade ocorre por meio do dialogismo entre os textos, no processo de transformar, confrontar e criar textos. Nesse ponto, o autor atenta para a importância da relação entre intertextualidade e hegemonia, já que essa última limita a produtividade daqueles que produzem os textos, dado que está cercada por relações de poder e dominação.

O discurso é, então, uma forma de estabelecer e garantir a manutenção da hegemonia para mostrar quem está no comando, ou seja, quem detém o poder, e uma vez estabelecida, a ideologia passa então a agir, pois,

o processo discursivo sendo vinculado a questões de poder e ideologia está sujeito, portanto, às lutas em torno da fixação de sentidos. O que prevalece numa determinada conjuntura? Como isso se dá? O que é determinante nesse sentido? São perguntas que dependem de uma análise de contexto social (MAGALHÃES; MARTINS e RESENDE, 2017, p. 140)

Assim dizendo, o contexto contribui para a interpretação da prática social que faz parte de um determinado discurso, contribuindo para a construção do sentido. No entanto, “a maneira como um contexto afeta a interpretação do texto varia de um tipo de discurso para outro” (FAIRCLOUGH, 2008, p.110), isso ocorre devido ao caráter ideológico dos diferentes tipos de discurso.

Atentemos, agora, para a terceira dimensão da teoria tridimensional de Fairclough, a prática social que se refere tanto à ideologia quanto ao poder como forma de hegemonia ao considerar questões culturais, políticas e históricas na análise do discurso, visto que “a linguagem opera nas práticas sociais” (MAGALHÃES; MARTINS e RESENDE, 2017, p. 137), e as relações de poder se estabelecem como forma de luta hegemônica. Ou seja, como uma “busca pela universalização de perspectivas particulares” (RESENDE; RAMALHO, 2019, p. 48) na tentativa de reproduzir uma ordem social que favoreça apenas os grupos dominantes, e que existe apenas para legitimar essa relação de dominação. Logo, práticas sociais são “maneiras recorrentes, situadas temporal e espacialmente, pelas quais pessoas interagem no mundo” (RESENDE; RAMALHO, 2011, p. 43).

A luta ideológica aparece como dimensão da prática discursiva e como viés social para modificar as práticas por intermédio das ideologias nelas presentes, considerando o contexto de atuação, isto é, o momento discursivo de práticas sociais, que é composto de

“ação e interação, pessoas (com crenças, valores, atitudes, histórias etc.), mundo material e discurso¹⁰” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 25). Esses elementos estabelecem entre si uma relação dialética não hierárquica, pois quando “são reunidos, tornam-se momentos da prática, cada qual com seu poder gerativo e mecanismos particulares, que se relacionam dialeticamente sem se reduzirem um ao outro” (RAMALHO e RESENDE, 2011, p. 174).

Essa permanente articulação entre os elementos sociais age para garantir a manutenção de uma estrutura social hegemônica. Por hegemonia, o autor entende que é

a liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade. [...] é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais. [...] é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação que assume formas econômicas, políticas e ideológicas. (FAIRCLOUGH 2008, p. 122)

Para a ADC, o poder é resultado de um conjunto de relações que fazem parte da estrutura social e é, segundo Fairclough (2008), exercido e reproduzido através do discurso e, desse modo, alinha-se ao conceito de hegemonia e ideologia para manter a ordem social. Isso explica o caráter crítico da ADC, assim como a relação dialética entre linguagem e sociedade, pois “sua abordagem é relacional/dialética, orientada para a compreensão dos modos como o momento discursivo trabalha na prática social, especificamente no que se refere a seus efeitos em lutas hegemônicas” (RESENDE; RAMALHO, 2011, p. 36). Logo, é possível observar que os estudos do Fairclough são permeados pela análise de situações e grupos sociais tidos como oprimidos socialmente, ou seja, subordinados.

Esses efeitos em lutas hegemônicas relacionam-se, também, aos efeitos de sentido ideológicos que se articulam para criar modelos de dominação e exploração que existem para manter uma distribuição heterogênea de poder. No entanto, esse poder não é estável, mas instável e temporário e, com isso, as relações assimétricas, ou seja, as relações humanas que se estabelecem por meio do dialogismo, das relações entre estruturas e eventos discursivos, são desiguais no que se refere ao poder concebido a cada uma delas, por isso, estão passíveis de mudança, de rearticulação e de reestruturação. Esse raciocínio desenvolvido por Fairclough parte, então, do conceito de hegemonia de Gramsci, para

¹⁰ Do original “social practice as an articulation of these elements: Action and interaction, social relations, Persons (with beliefs, attitudes, histories etc.), the material world Discourse”. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 25)

quem o poder exercido por uma classe sobre a sociedade é parcial e temporário e essa instabilidade causa a luta hegemônica. Assim,

Tal concepção de luta hegemônica em termos de articulação, desarticulação e rearticulação de elementos está em harmonia com o que disse anteriormente sobre o discurso: a concepção dialética da relação entre estruturas e eventos discursivos; considerando-se as estruturas discursivas como ordens de discurso concebidas como configuração de elementos mais ou menos instáveis; [...] Pode-se considerar uma ordem de discurso como a faceta discursiva do equilíbrio contraditório e instável que constitui uma hegemonia, e a articulação e a rearticulação de ordens de discurso são, conseqüentemente, um marco delimitador na luta hegemônica. (FAIRCLOUGH, 2008, p. 123)

Dessa maneira, “o propósito das análises em ADC é, portanto, mapear conexões entre escolhas de atores sociais ou grupos, em textos e eventos discursivos específicos, e questões mais amplas, de cunho social, envolvendo poder” (RESENDE; RAMALHO, 2011, p. 21). Assim, uma vez que, o discurso é considerado como uma dimensão da prática social dentro do modelo transformacional, significa que para realizarmos uma análise crítica do discurso será necessário considerar sua relação, ou seja, interação, com as dimensões não discursivas, e aqui entra o caráter interdisciplinar: as relações entre os atores sociais, suas crenças e valores, assim como o contexto de interação, produção, distribuição e consumo que podem levar a mudanças discursivas na sociedade.

Na seção seguinte vamos analisar brevemente de que forma a ideologia contribui para a manutenção do poder na sociedade e os modos gerais de operação da ideologia propostos por Thompson (2011).

1.3 Ideologia

A ACD propõe que a abordagem da linguagem seja feita tanto como prática social quanto como ferramenta de intervenção a estrutura da sociedade. Nesse sentido, o discurso deve ser analisado considerando sua atuação na transformação e no funcionamento de ideologias. Considerando isso, Fairclough (2008, p. 117) define ideologia como

significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação.

É o que Fiorin (1998, p. 28) vai chamar de conjunto de ideias e representações que servem para justificar e explicar a ordem social, assim como as condições de vida do homem e as interações que ele mantém com os outros. Isso se dá, pois a ACD percebe a

língua e o discurso como ferramentas ideológicas influenciadoras, dado que estão situados dentro de uma perspectiva social e política. Assim, segundo Resende e Ramalho (2011, p. 48), “um discurso particular [...] pode incluir presunções acerca do que existe, do que é possível, necessário, desejável. Tais presunções podem ser ideológicas, posicionadas, conectadas a relações de dominação”, essa é a forma de se manter as relações de poder na sociedade. Desse modo, “ideologias são representações de aspectos do mundo que podem contribuir para estabelecer, manter e mudar as relações sociais de poder, dominação e exploração”¹¹ (FAIRCLOUGH, 2003, p. 9), ou seja, na luta pelo poder, a ideologia tem papel fundamental, seja para mantê-lo, seja para conquistá-lo, dado que, em circunstâncias específicas, atua para reproduzir uma ordem social que favorece apenas aquelas pessoas ou grupos dominantes.

Essa noção de ideologia abordada por Fairclough (Idem, p. 9) parte dos estudos de Thompson (2011) que realiza uma discussão acerca da natureza e do papel da ideologia, relacionando-a com a linguagem, com o poder e com o contexto social. Nesse ponto, considerando a concepção crítica da ideologia, Thompson (2011, p. 73) afirma que “concepções críticas são aquelas que possuem um sentido negativo, crítico ou pejorativo.” assim, o fenômeno caracterizado como ideologia é considerado enganador e ilusório, pois ela “pode ser necessária tanto para manter submissos os grupos, em sua luta contra a ordem social, como para os grupos dominantes, na sua defesa do *status quo*” (Ibidem), assim, é fato que a ideologia contribui para manutenção do poder.

Thompson (2011, p. 81) aborda cinco modos gerais de operação da ideologia que agem no sentido de apresentar, estabelecer e sustentar as relações de dominação, são eles: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. Vejamos:

- a) Legitimação: trata de tornar legítimas as relações de dominação, e pode ser dividido em: racionalização, universalização e narrativização.
- b) Dissimulação: trata de ocultar, negar ou dificultar o entendimento das relações de dominação. Para isso, utiliza estratégias como deslocamento, eufemização e tropo (sinédoque, metonímia, metáfora)
- c) Unificação: busca construir simbolicamente uma identidade coletiva. Utiliza estratégias de padronização e simbolização da unidade.

¹¹ Do original “Ideologies are representations of aspects of the world which can be shown to contribute to establishing, maintaining and changing social relations of power, domination and exploitation.” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 9).

- d) Fragmentação: atua na fragmentação de grupos ou indivíduos que possam constituir uma ameaça ao grupo dominante. Lança mão da diferenciação e expurgo do outro.
- e) Reificação: apresenta uma situação passageira como sendo permanente, natural e atemporal. Para tal, utiliza-se da naturalização, eternização, nominalização ou passivação.

Finalizamos essa breve abordagem sobre a forma como a ideologia age na manutenção do poder cientes de que ela é importante para a pesquisa que tem como base a Análise de Discurso, pois como afirma (RESENDE; RAMALHO, 2011, p. 53) “a abordagem ideológica de Thompson, aliada ao arcabouço da ADC, fornece ferramentas para analisar, linguisticamente, construções discursivas revestidas de ideologia”.

No próximo capítulo, será apresentada a metodologia de pesquisa aplicada ao nosso trabalho.

Capítulo II

METODOLOGIA DE PESQUISA

Após apresentada a literatura que embasa este trabalho, passemos à descrição da metodologia de pesquisa utilizada. Assim, esta seção discutirá a metodologia adotada para a condução da pesquisa e serão apresentados o tipo de metodologia adotada para a pesquisa, o método de coleta e análise dos trechos da obra.

Assim, este trabalho trata-se de um estudo descritivo de abordagem qualitativa. Pois, segundo Minayo (2011), o método qualitativo de pesquisa é aqui entendido como aquele que se ocupa do nível subjetivo e relacional da realidade social e é abordado por meio da história, dos significados, dos motivos, das crenças, dos valores e das atitudes dos atores sociais. Ou seja, ele trabalha com o universo que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

É nesse ponto que nossa pesquisa emerge como um trabalho científico que busca, por meio de análises linguísticas, atuar na luta contra as desigualdades sociais impostas por um poder hegemônico que insiste em reproduzir opressões nas sociedades. Logo, cabe à ADC examinar esses discursos, em geral, racistas, sexistas e opressores, como forma de defender grupos minoritários e contribuir com a promoção dos direitos de pessoas desassistidas socialmente, pois de acordo com Magalhães, Martins e Resende (2017, p. 33) os analistas críticos “querem produzir e apresentar conhecimento crítico que capacite os seres humanos a emanciparem-se de formas de dominação mediante a autorreflexão”. Nesse ponto, o debate sobre racismo e sexismo são fundamentais para a construção de uma consciência social a respeito das injustiças cometidas a esses grupos sociais, pois é a partir da consciência desse grau de exclusão que surge a mudança.

Desse modo, nossa metodologia consiste em realizar uma investigação dentro dos parâmetros da ADC. Para isso, nos baseamos em alguns passos sugeridos por Magalhães, Martins, Resende e sistematizados no Quadro 1 (Idem, p.58) abaixo:

1º passo	Selecionar a situação/o problema social com que se pretende trabalhar
2º passo	Definir e recolher os textos para o <i>corpus</i> de investigação
3º passo	Identificar e selecionar aspectos gramaticais e discursivos dos textos do <i>corpus</i> entre os mais relevantes para o propósito da pesquisa
4º passo	Proceder o exame do texto
5º passo	Relacionar textos e contextos discursivo e social por meio de pesquisa etnográfica ¹²

Quadro 1 Procedimentos metodológicos básicos na seleção de foco de investigação em ADC e no processo de análise

Assim, considerando o 1º passo, selecionamos a situação problema que vamos trabalhar que consiste em uma injustiça social, marcada pela desigualdade e pela manipulação do poder hegemônico, dado que buscamos analisar a forma como a condição de mulher negra, pobre e favelada determina a escrita de Carolina Maria de Jesus. No 2º passo, definimos que o *corpus* de nossa pesquisa será constituído por trechos do livro *Quarto de despejo*: diário de uma favelada, de Carolina Maria de Jesus, o qual narra aspectos históricos e sociais da mulher negra no contexto da literatura. Essa escolha se dá, pois a obra contempla as questões listadas, logo abaixo, como fundamentais por Magalhães, Martins, Resende (2017) quando se tem como parâmetro de investigação a ADC. Dado que, é preciso observar alguns aspectos que norteiam a escolha de uma situação social em que deve ser identificado um discurso de desigualdade ou opressão para então situar a pesquisa. Desse modo, contatamos que nosso *corpus* de análise contempla as questões listadas pelas autoras, pois responde afirmativamente aos questionamentos apresentados a seguir:

i) Trata-se de uma situação concreta de injustiça, desigualdade social, manipulação do poder ou do controle? ii) A linguagem é utilizada de modo específico, institucionalizado e rotineiro, como meio de representar de modo desfavorável o(s) grupo(s) em desvantagem? iii) A linguagem é utilizada de modo específico, institucionalizado e rotineiro, como meio de direcionar a compreensão do problema? iv) A linguagem é utilizada de modo específico, institucionalizado e rotineiro, como meio de construir uma identidade social específica? v) A investigação do problema pode esclarecer a situação em si e contribuir para o fortalecimento dos grupos ou pessoas em desvantagem? (Idem, p.56)

Buscaremos identificar quais aspectos discursivos decorrentes das práticas sociais, como a fala, a escrita e a imagem, são mais relevantes na construção dos sentidos no texto, assim como a repetição de um determinado termo ou expressão¹³. Aqui

¹² Nesse passo, seguiremos a orientação de Fairclough (2001) que não realizou pesquisa etnográfica, mas assim Magalhães, Martins, Resende (2017, p. 155), entendemos a importância da etnografia para promover a articulação interdisciplinar entre a ADC e as Ciências Sociais.

¹³ De acordo com Magalhães, Martins, Resende (2017, p. 58), mesmo tratando-se de uma pesquisa qualitativa, “nada nos impede de levarmos em consideração aspectos quantitativos que porventura se manifestem no processo discursivo.”

iniciamos o 3º passo quando vamos selecionar e nos aproximar dos trechos do texto, mais relevantes para a pesquisa¹⁴, com base em aspectos como: algumas seleções lexicais de adjetivos utilizados na representação dos atores sociais. Para isso, no 4º passo, examinaremos o texto relacionando-o com outros, associando as análises com o contexto das práticas discursivas e sociais, conforme propõe a análise tridimensional de Fairclough apresentada anteriormente.

Diante disso, a seleção dos textos se dará com base numa análise exploratória que procurará trechos do texto que poderão ser agrupados considerando-se as categorias de análise textual propostas pela ADC de Fairclough. Assim, na categoria de análise Texto será retratado vocabulário e gramática, ao abordar a modalização, buscando compreender as escolhas lexicais feitas por Carolina em seu diário e com quais sentidos elas foram empregadas. No que se refere à segunda categoria do modelo de análise tridimensional de Fairclough – denominada Prática discursiva – analisaremos a relação entre linguagem e sociedade, considerando-se o contexto vivido por Carolina, além de abordar as condições socioeconômicas em que ela vivia e a importância da leitura e escrita em sua vida, assim como seu processo de construção identitária. Na terceira categoria analítica de Fairclough – a prática social, abordaremos questões colonialistas. Essas categorias listadas por Fairclough em *Discurso e mudança social* (2008), foram sistematizadas por Magalhães, Martins, Resende (2017, p. 29) conforme quadro abaixo:

TEXTO	PRÁTICA DISCURSIVA	PRÁTICA SOCIAL
vocabulário gramática coesão estrutura textual	produção distribuição consumo contexto força coerência intertextualidade	ideologia sentidos pressuposições metáforas hegemonia orientações econômicas, políticas, culturais, ideológicas

Quadro 2 Categorias analíticas propostas no modelo tridimensional

¹⁴ De acordo com Magalhães, Martins, Resende (2017, p. 57), “a relevância tem a ver basicamente com recorrência ou regularidade e com a função que determinado aspecto desempenha na construção e na fixação de certos sentidos nos textos.”. Seguindo a orientação das autoras, aqui não pretendemos averiguar todos os aspectos gramaticais e discursivos, pois isso pode ser pouco exequível e acabar comprometendo a pesquisa. Logo, nesse tópico, focaremos nos aspectos discursivos do texto dado que de acordo com nota de Meihy (1998, p. 89) “Torna-se importante ainda salientar que o “primitivo” diário publicado por Audálio Dantas sob o título Quarto de Despejo não corresponde exatamente aos textos que Carolina escreveu. Algumas “correções” e muitos cortes acabaram, a nosso ver, por comprometer o texto”.

Logo, para análise e discussão dos dados, recorreremos a modelos críticos de análise discursiva que envolvem o exame do texto e de componentes lexicogramaticais baseados em fatores sócio-históricos. Dado que,

a análise da seleção lexical, dos grupos nominais, da criação de palavras, das lexicalizações e das metáforas é indicada, na medida que esses elementos linguísticos estão associados a processos sociais mais amplos que contribuem para determinar hegemonias na ordem de discurso” (MAGALHÃES, 2000, p. 3).

A partir da análise desses dados, a pesquisa mostrará como as estruturas e determinadas práticas sociais afetam a escolha dos elementos linguísticos utilizados num texto, dado que o termo crítica resulta em conexões entre os textos e os fatores que os permeiam, e, portanto, que efeitos essas escolhas terão na representação da mulher na literatura, já que, segundo Magalhães (Ibidem), “o estudo do texto no contexto sócio-histórico é a perspectiva adequada para o debate de uma série de questões pertinentes à relação entre a linguagem e a prática social”, pois os textos causam efeitos sociais que precisam ser compreendidos.

Capítulo III

UM ESTUDO DO GÊNERO DISCURSIVO DIÁRIO

Esse capítulo tem como objetivo apresentar uma breve explanação teórica sobre o estudo do gênero discursivo, dado que o gênero constitui um importante aspecto na interação social. Mais especificamente, buscaremos abordar o contexto de surgimento e algumas das principais características do gênero discursivo diário, o qual assumimos que se classifica nosso *corpus* de análise.

2.1 O estudo do gênero discursivo

De acordo com Marcuschi (2008), o estudo do gênero, apesar de apresentar destaque na atualidade, não é novo, dado que se iniciou com Platão e Aristóteles e, desse modo, já consta mais de vinte e cinco séculos de seu surgimento no Ocidente. Ele afirma:

A expressão “gênero” esteve, na tradição ocidental, especialmente ligada aos gêneros literários, cuja análise se inicia com Platão para se firmar com Aristóteles, passando por Horácio e Quintiliano, pela Idade Média, o Renascimento e a Modernidade, até os primórdios do século X. Atualmente, a noção de gênero já não mais se vincula apenas à literatura, como lembra Swales (1990: 33), ao dizer que "hoje, gênero é facilmente usado para referir uma categoria distintiva de discurso de qualquer tipo, falado ou escrito, com ou sem aspirações literárias". É assim que se usa a noção de gênero textual em etnografia, sociologia, antropologia, retórica e na linguística. (MARCUSCHI, 2008, p. 147).

De acordo com Motta-Roth (2008, p. 342), com base nos estudos de Bhatia, são identificadas três fases históricas de pesquisa sobre gêneros nos estudos do texto escrito. A primeira fase, nas décadas de 60, 70 e início dos anos 80, tem como foco a análise recorrente de elementos léxico-gramaticais dentro das sentenças, nesse período Beaugrande e Dressler já buscavam identificar traços de textualidade na superfície do texto. A segunda fase, anos 80 e 90, tem como ênfase aspectos macroestruturais do texto e pouco foco no contexto. Já a terceira fase, final dos anos 90 e início dos 2000, enfatiza a contextualização do discurso e os aspectos externos da construção dos gêneros, tendo como referência os estudos de Bakhtin e Fairclough.

Desses três momentos surgem as escolas que vão sistematizar três enquadramentos teóricos, segundo Motta-Roth (2008, p. 344), são elas: a escola britânica de ESP (*English for Specific Purposes*), integrada por Swales e Bhatia, que tem como foco o objetivo comunicativo do texto no contexto social. A Escola Americana da nova

retórica ou sócio-retórica, cujos representantes são Bazerman e Miller, e que considera além dos contextos sociais os atos de fala realizados pelos gêneros em uma situação social específica. E a Escola Sistêmico-Funcional que tem como representantes Halliday e Hasan, além de Martin, apresentando como foco de estudo a léxico-gramática e funções por ela desempenhadas nos contextos sociais. A autora acrescenta também a escola suíça, composta por Jean-Paul Bronckart, Bernard Schneuwly e Joachin Dolz, que aborda a semiotização das relações sociais.

Como resultado dos estudos desenvolvidos pelas quatro escolas, surgem as definições de gênero que dialogam em dois aspectos: 1. gêneros são usos da linguagem associados a atividades sociais; 2. essas ações discursivas são recorrentes e, por isso, têm algum grau de estabilidade na forma, no conteúdo e no estilo (MOTTA-ROTH, 2008, p. 350). Partindo desses princípios, e com base nos estudos dos representantes mencionados, Motta-Roth (Ibidem) afirma ainda que algumas definições podem ser formuladas, assim, gênero é um “evento comunicativo” para Swales e Bhatia, “ações retóricas típicas” para Miller, “funções semióticas específicas à cultura” para Halliday e “conformação, recorrente e progressiva, de significados para realizar práticas sociais” para Martin, além de “textos com características relativamente estáveis” para Bronckart.

Essas definições dialogam diretamente com a clássica definição de Bakhtin (1997, p. 262), para quem os gêneros são tipos “relativamente estáveis” de enunciados elaborados pelas diversas esferas da atividade humana e surgem paralelamente às necessidades e atividades socioculturais, assim como na relação com inovações tecnológicas, e com a proposta de Fairclough que busca extrapolar o texto ao considerar o contexto social, o discurso e a ideologia. Logo, para Bakhtin

a riqueza e a variedade dos gêneros do discurso são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa. (Ibidem)

Na perspectiva da ADC de Fairclough (2003, p. 28), gêneros, discursos e estilos “são, respectivamente, formas relativamente estáveis e duráveis de agir, representar e identificar. Eles são identificados como elementos de ordens de discurso no nível das práticas sociais”¹⁵, logo, o discurso é considerado uma prática social e o gênero é um

¹⁵ No original “Genres, discourses and styles are respectively relatively stable and durable ways of acting, representing and identifying. They are identified as elements of orders of discourse at the level of social practices.” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 28)

modo social de usar a língua, funcionando como uma atividade pessoal. Assim, Meurer (2005, p. 83) atenta para o fato de que a preocupação maior da ACD não é o estudo do gênero, mas o papel da linguagem na “produção, manutenção e mudança das relações sociais de poder” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 1), dado que “ter conhecimento sobre o envolvimento da linguagem nas questões de poder pode cooperar para mudanças no exercício de formas de poder” (MEURER, 2005, p. 92), pois esse é o principal foco da ACD como teoria linguística e social, ou seja, promover o estudo de textos como forma de representação e de ação.

Visto que o gênero discursivo é, então, encontrado em situações cotidianas da vida, sendo atravessado por questões históricas, sociais e institucionais, não pode ser destituído de seu contexto social, assim como, de sua atuação nas interações humanas, que estão diretamente relacionadas ao uso da língua. Diante disso, os estudos de Fairclough têm como preocupação teórico-metodológica abordar não apenas o estudo do texto pelo texto, mas como ele interage com as diversas estruturas sociais.

Para Bakhtin, o gênero é constituído de três elementos: tema, composição e estilo (BAKHTIN, 1997, p. 262), em que o tema corresponde ao contextual; a composição ao elemento estrutural da organização textual; e o estilo corresponde às opções de expressividade e enunciação. Dessa forma:

a utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua — recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais —, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissolivelmente no todo do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos *relativamente estáveis* de enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*. (Ibidem)

Além disso, o autor divide os gêneros em primários, gêneros simples utilizados no dia a dia, e secundários, os mais complexos como o discurso ideológico, o teatro, o discurso científico, entre outros (BAKHTIN, 1997, p. 263), sendo os primários instrumentos de criação dos secundários:

os gêneros secundários do discurso — o romance, o teatro, o discurso científico, o discurso ideológico, etc. - aparecem em circunstâncias de uma comunicação cultural, mais complexa e relativamente mais evoluída, principalmente escrita: artística, científica, sociopolítica. Durante o processo

de sua formação, esses gêneros secundários absorvem e transmutam os gêneros primários (simples) de todas as espécies, que se constituíram em circunstâncias de uma comunicação verbal espontânea. Os gêneros primários, ao se tornarem componentes dos gêneros secundários, transformam-se dentro destes e adquirem uma característica particular: perdem sua relação imediata com a realidade existente e com a realidade dos enunciados alheios. (Ibidem)

O diário pode configurar-se entre ambos, dado que parte do discurso primário, cotidiano e pode tornar-se um texto literário, gênero secundário, como ocorre com o diário de Carolina. De acordo com Bakhtin, essa divisão é importante para entendermos tanto a natureza dos enunciados quanto a relação de reciprocidade entre linguagem e ideologia (BAKHTIN, 1997, p. 264), dado que os gêneros primários, por serem mais simples, estão ligados às condições e formas de comunicação social determinadas por ideologias do cotidiano¹⁶, e, os gêneros secundários, por serem mais complexos, estão ligados às “ideologias especializadas e formalizadas” (Idem, p. 35), ou seja, aos sistemas ideológicos constituídos da moral social, da ciência, da arte e da religião, formados a partir da ideologia do cotidiano (Idem, p. 121). Logo,

produtos ideológicos constituídos conservam constantemente um elo orgânico vivo com a ideologia do cotidiano; alimentam-se de sua seiva, pois, fora dela, morrem, assim como morrem, por exemplo, a obra literária acabada ou a idéia cognitiva se não são submetidas a uma avaliação crítica viva. Ora, essa avaliação crítica, que é a única razão de ser de toda produção ideológica, opera-se na língua da ideologia do cotidiano. Esta coloca a obra numa situação social determinada. A obra estabelece assim vínculos com o conteúdo total da consciência dos indivíduos receptores e só é apreendida no contexto dessa consciência que lhe é contemporânea. [...] Em cada época de sua existência histórica, a obra é levada a estabelecer contatos estreitos com a ideologia cambiante do cotidiano, a impregnar-se dela, a alimentar-se da seiva nova secretada. É apenas na medida em que a obra é capaz de estabelecer um tal vínculo orgânico e ininterrupto com a ideologia do cotidiano de uma determinada época, que ela é capaz de viver nesta época (é claro, nos limites de um grupo social determinado). (Idem, p. 121, 122)

Com isso, os gêneros textuais podem ser entendidos como fenômenos históricos, vinculados à vida social, frutos de um trabalho coletivo e constante da ação criativa. O estudo de Bakhtin centra-se, basicamente, na maneira como os gêneros são constituídos, e não em suas propriedades formais, visto que, segundo Fiorin (2020, p. 68), Bakhtin busca abordar a relação estabelecida entre a linguagem e a atividade humana. Nesse

¹⁶ Segundo Bakhtin (1999, p. 113), “A ideologia do cotidiano constitui o domínio da palavra interior e exterior desordenada e não fixada num sistema, que acompanha cada um dos nossos atos ou gestos e cada um dos nossos estados de consciência. Considerando a natureza sociológica da estrutura da expressão e da atividade mental, podemos dizer que a ideologia do cotidiano corresponde, no essencial, àquilo que se designa, na literatura marxista, sob o nome de “psicologia social””.

sentido, Marcuschi (2005) afirma que os gêneros atuam como práticas sociodiscursivas, dado que são frutos da cultura em que se desenvolvem.

Isso posto, a análise de gêneros, por ser transdisciplinar, “engloba uma análise do texto e do discurso e uma descrição da língua e visão da sociedade, e ainda tenta responder a questões de natureza sociocultural no uso da língua de maneira geral” (MARCUSCHI, 2008, p. 149). Nesse ponto, Magalhães, Martins e Resende (2017, p. 205), com base nos estudos de Fairclough, afirmam ser importante não confundir texto e discurso ou ainda gênero e texto, pois “discursos são modos situados para a representação de eventos e práticas, que são alcançados em textos, isto é, materializam-se em textos, mas não se confundem com textos empíricos” (Idem, p. 204), e o mesmo ocorre com os gêneros dado que “os diferentes gêneros discursivos são modos relativamente estáveis de agir discursivamente, mas que não se confundem com os textos concretos que materializam diferentes gêneros” (Idem, p. 205). O texto é a “materialização, o resultado concreto, de um evento discursivo” (Idem, p. 206), já o gênero corresponde ao funcionamento do texto “no estabelecimento de relações sociais particulares, textualmente mediadas” (Ibidem), ou seja, é o texto em ação, posto em funcionamento, pois como citado antes “cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos *relativamente estáveis* de enunciados” (BAKHTIN, 1997, 262).

Isso se dá, pois, apesar de contribuir para a análise das ações humanas nos diversos contextos discursivos, os gêneros não são fórmulas fixas, facilmente aplicáveis, considerando-se apenas suas características linguísticas e estruturais, pois esses traços precisam coexistir com as funções comunicativas, as quais vão depender da intenção de quem as utiliza. Assim, o uso dos gêneros deve contemplar as práticas discursivas, ou seja, o momento em que são pragmaticamente utilizados na sociedade, mas não se deve confundir texto e discurso como se fossem iguais, pois com base nos escritos de Fairclough (1989, 2008, 2003), Magalhães, Martins e Resende (2017, p. 23) afirmam que “o conceito de discurso refere-se à linguagem como forma de prática social [...] como parte integrante de toda prática social” e os “textos são materialidades discursivas dos eventos, decorrentes das práticas sociais, o que inclui a fala, a escrita e a imagem”. Segundo Fairclough,

os textos como elementos dos eventos sociais [...] causam efeitos – isto é, eles causam mudanças. Mais imediatamente, os textos causam mudanças em nosso

conhecimento (podemos aprender coisas com eles), em nossas crenças, nossas atitudes, nossos valores, e assim por diante. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 8)¹⁷

No entanto, o autor deixa claro que não é possível afirmar que características particulares de textos automaticamente trazem mudanças particulares no conhecimento ou comportamento das pessoas ou efeitos sociais ou políticos específicos, ou seja, como exemplo citado pelo próprio autor, não significa que o fato de a pessoa desenvolver uma experiência prolongada com textos publicitários efetivamente vai contribuir para moldar a identidade dela como “consumidor”, ou ainda mudar sua identidade de gênero (Ibidem). É o que ele vai chamar de “causalidade mecânica” (Ibidem), pois não existe uma relação de causa e efeito fruto de uma regularidade automática de um tipo específico de texto. Mas pelo fato de se relacionar com a prática social, causa um efeito sobre as pessoas, isto é, pode causar uma mudança social, assim como mudança discursiva (Magalhães, Martins e Resende, 2017, p. 52)

Com isso, para compreender o texto é fundamental considerar o não dito que o acompanha, ou seja, o contexto, dado que os gêneros são formas culturais e cognitivas de ação social. Assim, o texto exerce sua significação social, num dado contexto situacional, sendo produto desse, e representa uma junção do contexto social e da organização funcional da linguagem. Além disso, por meio da leitura, considerada por Kleiman (2002, p. 10) uma prática social, colocamos em ação todo o nosso sistema de valores, crenças e atitudes que refletem o grupo social em que se deu nossa sociabilização primária, isto é, o grupo social em que fomos criados

De acordo com Bakhtin, o texto é o ponto de partida para todas as disciplinas do campo das ciências humanas (BAKHTIN, 1997), pois é através dele que o homem exprime suas ideias e sentimentos e por meio dele é possível estudar o homem social e a sua linguagem. Destarte, os textos apresentam-se como “artefatos para o estudo do processo social, podendo ter sua análise expandida na relação com categorias sociais, como é o caso das identidades” (MAGALHÃES; MARTINS e RESENDE, 2017, p. 31). Portanto, o sentido de um texto deve ser construído considerando-se não apenas seus segmentos de maneira isolada, ou seja, sem considerar seu contexto pragmático, mas é essencial considerar as convenções sociais e a cultura em que ele circula, pois ele é o

¹⁷ Do original “Texts as elements of social events (see chapter 2) have causal effects – i.e. they bring about changes. Most immediately, texts can bring about changes in our knowledge (we can learn things from them), our beliefs, our attitudes, values and so forth. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 8)

resultado de situações sociocomunicativas e, dessa forma, não pode ter seu sentido construído sem que para isso o leitor considere o contexto de produção.

Considerando o fato de que os textos são “objetos que constroem significados para as pessoas, relacionando-se com outros objetos do contexto local e mesmo translocal” (MAGALHÃES; MARTINS e RESENDE, 2017, p. 35), em seu diário, por meio dos relatos marcados diariamente em sua memória, Carolina Maria de Jesus abraça diversos temas, incorporando ficção e realidade, traduzindo situações vivenciadas não apenas por ela, mas também por outras mulheres negras na excludente sociedade brasileira e, assim, vai compondo suas *escrevivências*, transitando entre o real e o ficcional, construindo frase a frase, pois “só quando é vital e apaixonado esse momento criativo é que se constrói uma narrativa esteticamente válida” (BOSI, 2008, p. 9). Por isso, os relatos da autora são permeados de denúncia, celebração da vida, nascimento e morte, reconstruindo a existência de mulheres que costura a vida com “fios de ferro” (EVARISTO, 2016, p. 109). É uma narrativa que busca restituir a humanidade que lhe foi negada.

Nesse ponto, o contexto não é entendido apenas como a situação imediata de interação que engloba aspectos sociais, políticos e culturais, mas como todos os tipos de conhecimentos de mundo armazenados na memória do leitor e que são acionados para realizar o processamento do sentido do texto. Segundo Koch (1997), são três grandes sistemas de conhecimento: o conhecimento linguístico, que compreende o conhecimento gramatical e o lexical; o enciclopédico, ou também chamado de conhecimento de mundo, que se encontra armazenado na memória dos indivíduos; e o sociointeracional, que corresponde às formas de *inter-ação* por meio da linguagem. Assim,

um texto se constitui como tal no momento em que os parceiros de uma atividade comunicativa global, diante de uma manifestação linguística, pela atuação conjunta de uma complexa rede de fatores de ordem situacional, cognitiva, sociocultural e interacional, são capazes de construir, para ela, determinado sentido. (KOCH, 1997, p. 30)

Aqui, é possível perceber que apenas a língua não é suficiente para a compreensão textual, pois é essencial que o contexto seja acionado para compreender o que está sendo dito e, assim, o discurso que se constrói partindo do texto. Nesse ínterim, de acordo com Marcuschi (2008, p. 22), “todo uso e funcionamento significativo da linguagem se dá em *textos* e discursos produzidos e recebidos em situações enunciativas ligadas a domínios discursivos da vida cotidiana e realizados em gêneros que circulam na sociedade”. Logo, se pelo estudo do gênero é possível compreender o funcionamento da sociedade, o estudo

do gênero textual diário, por meio dos relatos autobiográficos de Carolina Maria de Jesus, nos ajuda a compreender a realidade social e pessoal de mulheres negras, pobres e faveladas na excludente sociedade brasileira.

Por conseguinte, de acordo com Magalhães, Martins e Resende (2017, p. 64), sendo o objetivo da ADC “investigar a relação entre linguagem e sociedade, em termos dos efeitos causais da estruturação social na formulação de textos e de textos na sociedade”, os quais estão relacionados à estrutura social, à ideologia e ao tempo, é fundamental trabalhar uma proposta de análise textual contextualizada, e não algo reduzido ao estudo do texto pelo texto, ou seja, “mera descrição textual” (Ibidem, 2017, p. 31). Por esse viés, a ADC se faz fundamental, uma vez que leva em consideração a dimensão histórica, a produção, a disseminação e o consumo dos textos nas atividades sociais (FAIRCLOUGH, 2008). Apresentando-se como uma forma de luta por mudanças sociais, cooperando para emancipação de grupos menos privilegiados. Assim, de acordo com Motta-Roth (2008, p. 362) “as abordagens sociológicas da linguagem, como as de Bakhtin e Fairclough, são críticas porque, em princípio, pressupõem um exame do momento histórico e da organização econômica da sociedade para a análise do texto”. Por isso, buscaremos analisar a superfície dos textos sob sua ótica, uma vez que toma o texto como objeto de estudo e teorização.

Na seção seguinte, iremos abordar o gênero textual diário e as autobiografia analisando o funcionamento de ambos.

2.2 O gênero diário e a autobiografia

Como gênero textual, o diário apresenta-se listado, por Dolz e Schneuwly (2004), numa proposta provisória de agrupamentos de gênero, sendo classificado no domínio social de comunicação como documentação e memorização das ações humanas cujo aspecto tipológico constitui-se de relato e a capacidade de linguagem dominante é a representação pelo discurso de experiências vividas situadas no tempo. De acordo com Lejeune, (2008, p. 14), são apresentadas sete funções que buscam sinalizar a utilidade do gênero diário, são elas: “a função de conservar a memória, sobreviver, desabafar, conhecer-se, deliberar, resistir, pensar e escrever”. Essas funções são encontradas no diário de Carolina, que fazia da sua escrita a sua sobrevivência, desabafo e resistência.

De acordo com Bakhtin (1997, p. 138), é possível identificar exemplos de autobiografia no fim da Idade Média, período que desconhece os valores biográficos, e

no início do Renascimento. Nesse processo, os diários aparecem ora como documentos confessionais, ora como biográficos.

Segundo Santos (2010), o estudo autobiográfico, que se manifesta por meio de memórias e diários, surge, na Europa, no século XVIII, com o advento da sociedade burguesa, a qual se mostra interessada na construção do eu, portanto

com o estabelecimento da sociedade burguesa, o homem adquire convicção histórica de sua existência e passa a ser tema da própria investigação. Nesse sentido, é com a conquista da privacidade que os escritos confessionais evidenciam sua importância em vidas onde antes imperava a noção do coletivo. (SANTOS, 2010, p. 13)

Ou seja, dentro de um contexto social que considerava, majoritariamente, pessoas brancas, dado que de acordo com Mbembe (2014, p.12), com base nos estudos de Dorothy Porter, o Negro, apenas terá acesso à escrita “no final do século XVIII, quando, pelos seus próprios traços, os Negros, estes seres capturados pelos outros, conseguiram articular uma linguagem para si, reivindicando o estatuto de sujeitos completos do mundo vivo”. Assim, nos Estados Unidos, nos séculos XVIII e XIX, surgiram as autobiografias escritas por negros chamadas de *slaves narratives*. Entre elas, a de Harriet A. Jacobs, publicada por conta própria em 1861¹⁸, sob o pseudônimo de Linda Brent, intitulada *Incidentes da vida de uma escrava*, a narrativa é escrita em primeira pessoa e retrata a vida de Harriet desde a infância até a idade adulta. No Brasil, foi publicada apenas em 1988¹⁹. Já na Inglaterra, a primeira obra original, *The History of Mary Prince*, financiada pela Sociedade Antiescravista, foi publicada em 1831, e conta o relato pessoal da escrava Mary Prince. No Brasil, essa obra foi publicada apenas em 2017.²⁰ Na literatura brasileira, a primeira obra publicada por uma mulher negra foi o romance *Úrsula*, de 1859, escrito por Maria Firmina dos Reis²¹.

No contexto brasileiro, durante a colonização que se estendeu até o século XIX, o ensino ocorria apenas para filhos brancos dos colonos e na catequese dos índios. No entanto, o ensino secundário não era permitido para índios, negros e mulheres

¹⁸ Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X. Disponível em: <http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499901016_ARQUIVO_Trad.fem.Incidents_LUCIENEversaofinalreeditada.pdf>. Acesso em: 06 de nov. de 2021.

¹⁹ JACOBS, Harriet Ann. *Incidente na vida de uma escrava: contados por ela mesma*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, 1988.

²⁰ Disponível em <<https://editoracriacao.com.br/wp-content/uploads/2019/12/volume-1-19-11.pdf#page=135>>. Acesso em: 11 de out. de 2021.

²¹ Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-53411587>>. Acesso em: 22 de nov. de 2021.

(NASCIMENTO, 2019).²² Dessa forma, apenas no século XX²³, em conjunto com a ascensão do movimento Feminista, o universo autobiográfico feminino chama a atenção de historiadores. Sendo assim, “o diário foi um texto inicialmente considerado sem destinatário e fadado à atmosfera do privado, porém, com a eclosão do feminismo, os diários íntimos, especialmente de mulheres, tornaram-se alvos de pesquisa literária” (SANTOS, 2010, p. 14). Destarte, “as autobiografias das mulheres – que por tanto tempo viveram enclausuradas, distantes da vida pública –, foram uma fonte rica de informações, pois revelavam os sentimentos e as frustrações vividas naquele momento histórico” (Idem, p. 13), o qual era, e é até hoje, permeado pelo patriarcalismo, um sistema que reprimia e ainda reprime a vida privada e social da mulher.

Segundo Lejeune (2008, p.14), a autobiografia pode ser definida como: “Relato retrospectivo em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, pondo ênfase em sua vida individual e, em particular, na história de sua personalidade”. Nesse sentido, por ser o autor, narrador e personagem, a existência de uma identidade pré-textual é condição fundamental para a construção do texto autobiográfico. Com isso, “o destinatário pode questionar a veracidade dos fatos, mas não a identidade do autor” (Idem, p. 14). Dado que a escrita de si propõe expor fatos específicos da vida do autor, com o possível intuito de expressar uma realidade, como é o caso de Carolina Maria de Jesus que busca, entre outros fatores, denunciar a realidade vivida, além de aspectos de sua existência e personalidade, pois de acordo com Foucault (2004, p. 145) “a escrita de si mesmo [...]atenua os perigos da solidão; oferece aquilo que se fez ou se pensou a um olhar possível”.

²² Segundo Saviani, “quando se deu a expulsão dos jesuítas em 1759, a soma dos alunos de todas as instituições jesuíticas não atingia 0,1% da população brasileira, pois delas estavam excluídas as mulheres (50% da população) e os escravos (40%)” (2008, p. 2) Disponível em: < <https://filosoficabiblioteca.files.wordpress.com/2013/11/saviani-historia-da-historia-da-educacao-no-brasil-um-balance-7o-previo-e-necessario.pdf>>. Acesso em: 13 de jul. de 2021. Indo além, a Constituição Federal (CF) de 24 não apresenta nenhuma benesse para população negra, pois “estavam associados ao trabalho manual e não deveriam dele ser apartados a fim de não prejudicar a produção e não degradarem o trabalho intelectual” (SANTOS, OLIVEIRA, SANTOS *et al.*, 2003, p. 5). Desse modo, ficaram impedidos de ter “acesso a direitos básicos como, por exemplo, o de votar e de ser votado, formalizando a exclusão, limitando o ensino somente aos cidadãos brasileiros sem que o negro participasse da vida ativa, econômica, social, política e do sistema oficial de ensino” (Ibidem). Disponível em: < https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/6853_4712.pdf>. Acesso em: 13 de jul. de 2021.

²³ De acordo com nota de Maihy “há na história da publicação no Brasil poucos diários em geral. Os diários femininos são ainda mais raros, e curiosamente os três que existem remetem sempre a pessoas marginais do padrão oficial. O primeiro deles é o da favelada Carolina Maria de Jesus, Quarto de Despejo, de 1960; o segundo é da louca da Maura Lopes Cançado, O Hospício é Deus, de 1965, e finalmente de..., empregada doméstica, Ai de Vós, de 1983. Por lógico seria enganoso dizer que as mulheres brasileiras não escrevem diários, o que não se verifica – e isto é interessante – é uma cultura pública de leitores deste gênero que é tão prezado em outros quadrantes” (1998, p. 85).

Nesse ponto, destacamos a importância da memória, relevante elemento da narrativa autobiográfica, pois, embora a escrita acompanhe o presente, ou seja, a autora, no caso Carolina Maria de Jesus, vai escrevendo na medida em que os fatos vão acontecendo, não é, efetivamente, possível evitar-se esquecimentos ou uma possível inexatidão dos fatos narrados, o que justifica o fato de que trata-se de um texto, em parte, ficcional, pois além do fato de cada elemento narrado, bem como as palavras utilizadas serem previamente selecionados pelo autor/narrador/personagem, ainda existe o fator memória que pode deixar lacunas na veracidade dos acontecimentos escritos. Isso posto, “a escrita de memórias, assim como qualquer discurso, é uma produção humana entrecortada de ficção” (SANTOS, 2010, p. 17), dado que a memória trabalha recriando ou reinventando, no presente, o passado. Todavia, também não podemos afirmar que se trata de pura imaginação, já que o processo de recriação do passado da autora é feito com base na realidade, ou seja, nas *escrevivências* da autora.

Por apresentar de forma marcada a questão identitária e, com isso, uma forte carga discursiva, o diário configura-se como um gênero que desperta, inicialmente, nos leitores, o interesse pela vida do autor. No entanto, em *Quarto de Despejo*, Carolina Maria de Jesus, expondo sua realidade miserável, atrai o leitor para o seu contexto e universaliza temáticas socialmente excluídas, ao narrar as angústias e expectativas dos favelados, isso é possível, pois, segundo Foucault “o papel da escrita é construir, com tudo o que a leitura constituiu, um corpo”, pois, “a escrita transforma a coisa vista ou ouvida em forças e em sangue” (FOUCAULT, 2004, p. 152), é o que Carolina faz ao narrar, transforma o já visto ou já ouvido em forças e sague, buscando romper o silêncio instituído aos subalternizados.

Já que o diário pessoal é um gênero autobiográfico da literatura íntima, para Lejeune, “pressupõe que haja *identidade de nome* (cujo nome está estampado na capa) entre o autor, o narrador e a pessoa de quem se fala” (LEJEUNE, 2008, p. 22), assim, tudo que é abordado no diário, apesar de envolver outras pessoas, é diretamente relacionado ao autor, que vai constituindo-se, ao longo dos escritos, como protagonista da sua produção, e imprimindo sua marca identitária no texto. Para isso, é firmado o contrato de leitura entre o autor e o leitor para estabelecer a leitura autobiográfica de um texto determinado, pois “o que define autobiografia para quem a lê é, antes de tudo, um contrato de identidade que é selado pelo nome próprio” (Idem, p. 33). Visto que o nome próprio tem um caráter definidor da identidade do sujeito para o leitor, estabelecendo uma garantia de verdade da narrativa autobiográfica, pois “é no nome próprio que pessoa e

discurso se articulam, antes de se articularem na primeira pessoa, como demonstra a ordem de aquisição da linguagem pela criança” (Idem, p. 22), porquanto,

é nesse nome que se resume toda existência do que chamamos de *autor*: única marca no texto que de uma realidade extratextual indubitável, remetendo a uma pessoa real, que solicita, dessa forma, que lhe seja, em última instância, atribuída a responsabilidade da enunciação de todo o texto escrito. (Idem, p. 23)

Por esse viés, embora Lejeune reconheça, já no início de *O pacto biográfico* a complexidade de se definir a autobiografia em relação à biografia, ele é taxativo ao afirmar que na autobiografia duas condições são essenciais para sua caracterização, que são “*Situação de autor*: a identidade do autor (cujo nome remete a uma pessoa real) e do narrador”, além da “*Posição do narrador*: identidade do narrador e do personagem principal” (LEJEUNE, 2008, p.14) nas palavras do autor “é tudo ou nada”, visto que “uma identidade existe ou não existe” (Idem, p.15). Diante disso, o autor precisa ser pensado como alguém que controla o seu texto e os elementos que compõem sua identidade.

Segundo Fiorin, com base nos estudos de Bakhtin, é preciso considerar as relações dialógicas que englobam as vozes sociais e individuais (FIORIN, 2020, p. 30). Nesse processo de interação dialógica, diversas problemáticas que abarcam questões políticas, sociais, econômicas, identitárias, entre outras, são construídas diariamente no discurso de Carolina Maria de Jesus, em seu diário, que busca relatar acontecimentos cotidianos e fazer de seu texto um enunciado social, pois,

tudo o que me diz respeito, a começar por meu nome, e que penetra em minha consciência, vem-me do mundo externo, da boca dos outros (da mãe, etc.), e me é dado com entonação, com tom emotivo dos valores deles. Tomo consciência de mim, originalmente através dos outros: deles recebo a palavra, a forma e o tom que servirão para formação original da representação que terei de mim mesmo. (BAKHTIN, 1992, *apud* BRAIT, 1997, p. 378)

Essa reflexão de Bakhtin desperta a importância de uma consciência de si e do mundo, do contexto em que a autora, a qual em *Quarto de Despejo* é também personagem, está inserida para construir, junto com o leitor, a história contada. Desse modo, a obra permanece viva, renovando-se pelo processo de interação autor/personagem e leitor, reconstruindo opiniões em diferentes contextos sociais e históricos.

Dessa maneira, para Bakhtin, apesar de haver diferenças entre biografia e autobiografia, ambas consistem na “(descrição de uma vida) a forma transgrediente imediata em que posso objetivar artisticamente a mim mesmo e minha vida” (BAKHTIN,

1997, p. 139). Para ele, só é válido analisar a forma de biografia que sirva para auto-objetificação, ou seja, autobiografia no sentido de uma coincidência entre a personagem e o autor. Nesse ponto, Bakhtin atenta para o fato de que o autor é elemento do todo artístico e como tal não pode coincidir dentro desse todo com a personagem, outro elemento seu. A coincidência pessoal “na vida” da pessoa de quem se fala com a pessoa que fala não elimina a diferença entre esses elementos no interior do todo artístico” (Ibidem), dado que ao escrever uma autobiografia o escritor precisa distanciar-se da própria vida, vê-la de fora, pois ela passa a ser o objeto de análise. Nesse sentido, diferente de Lejeune, o sujeito não pode estabelecer consigo uma relação de total identificação.

Isso posto, considerando a perspectiva dialógico-discursiva em que se baseia o nosso trabalho, entendemos que a questão da identificação é um ponto delicado nos estudos de Lejeune, mas que pode ser complementado no aporte da teoria dialógica.

Capítulo IV

UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE COLONIALISMO E COLONIALIDADE

Nesse capítulo, nos propomos a analisar de que forma o colonialismo continua a agir até hoje, por meio da colonialidade. Abordaremos o conceito de colonialidade do saber, que está relacionado à discussão acerca do colonialismo epistemológico, assim como suas formas de reprodução de regimes de pensamento, uma vez que essa concepção acaba posicionando Carolina Maria de Jesus à margem dos padrões literários.

3.1 Colonialismo e Colonialidade

O colonialismo, segundo Quijano (1992, p. 11) é a dominação direta, política, social e cultural dos europeus sobre os demais continentes, cuja estrutura colonial é responsável por produzir diversas discriminações sociais, entre eles as raciais e étnicas, que foram assumidas como categorias científicas e históricas, quando na verdade são resultado da história do poder. Assim, de acordo com o autor, colonialismo

refere-se estritamente a uma estrutura de dominação/exploração onde o controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada domina outra de diferente identidade e cujas sedes centrais estão, além disso, localizadas noutra jurisdição territorial. Mas nem sempre, nem necessariamente, implica relações racistas de poder (Idem, p.73).

Nesse contexto histórico, ainda segundo Quijano (Idem, p. 11), o colonialismo, como ordem política, foi destruído. Já a colonialidade apresenta-se como o um modo de dominação das sociedades, atualmente, ao negar a identidade do dominado. Desse modo, o colonialismo continua agindo por meio da colonialidade atuante nas culturas que passam por processos de colonização, percorrendo o imaginário dos dominados e se manifestando na produção de conhecimento que determina o acesso ao poder.

Com isso, o autor (Idem, p. 121-126) afirma ainda que a destruição das sociedades e das culturas fez com que os povos dominados fossem submetidos a um padrão de poder, caracterizado inicialmente pelo estabelecimento da ideia de raça para que fosse possível estabelecer uma classificação e identificação social, a qual justificasse a exploração do trabalho. Em seguida, definiu-se uma nova identidade colonial para essa população, no caso do povo de origem africana, imprimiu-se a identidade de “negros”, em contraponto aos colonizadores que se identificaram como “brancos e os descendentes dessas novas identidades seriam classificados como “mestiços”. Essa separação das identidades, além

de condenar os colonizados a uma total perda de identidade cultural, lançou as bases para estruturar, numa relação de hierarquia e desigualdade, a população na América, além de, segundo Fanon (2008, p. 34) “produzir um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural”. E, assim, a sociedade colonizada tem seu desenvolvimento tanto econômico quanto cultural literário limitados em relação aos colonizadores. Desse modo, a colonialidade do poder impõe uma dependência histórico e estrutural que conduziu à instituição da hegemonia eurocêntrica do conhecimento, apresentando-se, então, como a face oculta da modernidade, ou seja, do ideal civilizatório, pois sem ela não existiria o capitalismo, segundo Mignolo,

a tese básica – no universo específico do discurso tal como foi especificado – é a seguinte: a “modernidade” é uma narrativa complexa, cujo ponto de origem foi a Europa, uma narrativa que constrói a civilização ocidental ao celebrar as suas conquistas enquanto esconde, ao mesmo tempo, o seu lado mais escuro, a “colonialidade”. A colonialidade, em outras palavras, é constitutiva da modernidade – não há modernidade sem colonialidade. (2017, p. 2)

Desse modo, por intermédio do controle da economia, os povos podem ser metaforicamente escravizados. Logo, pelo controle da autoridade, temos grandes nações que coordenam grandes organizações e, assim, promovem a violência, além de controlarem o ser e o saber. Desse entrelaçamento surge uma potencialidade de poder utilizada para matar corpos negros ao transformar as diferenças em hierarquias raciais e produzir identidades sociais que se estabelecem em diversos eixos, ou, como afirma Mignolo (2010, p. 12), numa matriz colonial do poder que se organiza em uma estrutura completa de níveis que se entrelaçam, vejamos:

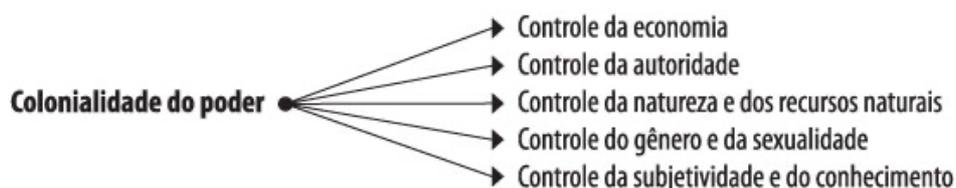


Figura 3 - Matriz colonial de poder²⁴

Com isso, o extermínio deliberado não fica restrito ao expreso período de colonização, dado que até a atualidade, de acordo com o Atlas da Violência de 2020²⁵, jovens negros estão entre as principais vítimas de homicídios no Brasil e os números

²⁴ Disponível em: < <https://antropologiadeoutraforma.files.wordpress.com/2013/04/mignolo-walter-desobediencia-epistemic3a9mica-buenos-aires-ediciones-del-signo-2010.pdf>>. Acesso em: 20 de jul. de 2021.

²⁵ Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10214>>. Acesso em: 19 de Jun. de 2021.

apresentam-se de forma crescente com o passar dos anos. Segundo o documento, em 2018 os negros representaram 75,7% das vítimas de homicídios e as mulheres negras representaram 68% do total das mulheres assassinadas no Brasil²⁶. Somado a isso, Lélia Gonzalez afirma que aqui também temos a presença policial que não atua para proteger o cidadão negro, mas

para reprimir, violentar e amedrontar. É por aí que se entende porque o outro lugar natural do negro sejam as prisões. A sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista, tem por objetivo próximo a instauração da submissão psicológica através do medo. A longo prazo, o que se visa é o impedimento de qualquer forma de unidade do grupo dominado, mediante à utilização de todos os meios que perpetuem a sua divisão interna. Enquanto isso, o discurso dominante justifica a atuação desse aparelho repressivo, falando de ordem e segurança sociais (GONZALES, 1979, p. 232).

Esse cenário representa, claramente, o estatuto da necropolítica proposto por Mbembe (2018), o qual parte da noção foucaultiana de biopoder, em que o poder político divide seus próprios cidadãos em dois grupos, os vivos e os mortos, ou seja, os que podem viver e aqueles que podem deixar morrer. Segundo Foucault, essa função assassina do Estado só pode ser exercida por meio do racismo que é

o meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer. No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros. (FOUCAULT, 1999, p. 304)

Em vista disso, o poder é, então, definido com base na separação das raças ao organizar a espécie humana em grupos e subgrupos. Nesse último, encontram-se os subalternos, aqueles que foram e são até hoje colonizados de forma desumana, pois segundo Mbembe (2014, p. 39), durante vários séculos, o conceito de raça partiu da esfera animal para nomear todos aqueles que não eram europeus.

²⁶ O documento afirma que: “Apenas em 2018, para citar o exemplo mais recente, os negros (soma de pretos e pardos, segundo classificação do IBGE) representaram 75,7% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 37,8. Comparativamente, entre os não negros (soma de brancos, amarelos e indígenas) a taxa foi de 13,9, o que significa que, para cada indivíduo não negro morto em 2018, 2,7 negros foram mortos. Da mesma forma, as mulheres negras representaram 68% do total das mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 5,2, quase o dobro quando comparada à das mulheres não negras.” (IPEA, 2020, p. 47).

No contexto brasileiro, a suposta igualdade jurídica para todos, amparada pelo mito da democracia racial, reconfigura o colonialismo por meio desse poder de matar do Estado. Com isso, é possível observar que a Constituição Federal de 1988 busca instituir um estado democrático de direitos “destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos” (BRASIL, 1988)²⁷, os quais deveriam ser aplicados a todos os cidadãos, pois, tem como princípios fundamentais listados no Art. 1º, “I - a soberania; II - a cidadania e III - a dignidade da pessoa humana”; e expressa no Art. 5º que

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

É evidente que esses “direitos” são limitados a uma parcela privilegiada da população. Aos demais, cabe a violação do direito à vida, por meio do racismo estruturado na sociedade brasileira que promove a desvalorização da vida negra. Esse fato, como já dito, não é presença recente em nossa sociedade, visto que, segundo Mbembe (2018), durante a colonização, o direito soberano de matar não estava sujeito a qualquer regra nas colônias, dado que o selvagem não era visto como humano e, por isso, quando mortos pelo colonizador, o fato não era considerado assassinato, uma vez que “lá, o soberano pode matar em qualquer momento ou de qualquer maneira. A guerra colonial não está sujeita a normas legais e institucionais” (Idem, p. 134).

Esse poder também é exercido pela colonialidade da linguagem, que também é objeto de estudo do filósofo, teórico político e historiador Achille Mbembe, na sua obra *A crítica da razão negra*, em que o autor apresenta o conceito de “negro”, e do filósofo e psiquiatra Frantz Fanon, em seu livro *Pele negra, máscaras brancas*, quando aborda a relação entre o negro e a linguagem. Em paralelo, a também filósofa e antropóloga brasileira Lélia Gonzalez abordou em seus estudos o “pretuguês” (1988, p. 70) como uma marca dominante do português brasileiro, dado que

aquilo que chamo de ‘pretuguês’ e que nada mais é do que marca de africanização do português falado no Brasil [...]. O caráter tonal e rítmico das línguas africanas trazidas para o Novo Mundo, além da ausência de certas consoantes [...] apontam para um aspecto pouco explorado da influência negra

²⁷ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 19 de Jun. 2021.

na formação histórico-cultural do continente como um todo (GONZÁLEZ, 1988, p. 70)

Assim, a categoria de *Amefricanidade* proposta por Lélia permite-nos enxergar o Brasil a partir de uma perspectiva afrocentrada, fortalecendo nossa identidade étnica, pois reconhecê-la é “em última instância, reconhecer um gigantesco trabalho de dinâmica cultural que não nos leva para o lado do Atlântico, mas que nos traz de lá e nos transforma no que somos hoje: americanos” (GONZALEZ, 1988, 79).

Desse modo, o “pretuguês” apresenta-se como forma de resistência epistêmica decolonial, dado que é uma forma de valorizar aspectos culturais e sociais subjugados por uma norma hegemônica de falar e de escrever, que busca inferiorizar e engessar o nosso modo de pensar, de se comunicar e de interagir. Lélia, então, já sinalizava para as tentativas de silenciamento do “pretuguês” pela dita norma padrão

É engraçado como eles gozam a gente quando a diz Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a marca linguística desse r no lugar do l, nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o l inexistente. Afinal, quem que é ignorante? Ao mesmo tempo, acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os erros dos infinitivos verbais, quem condensa você em cê, o está em tá e por aí a fora. Não sacam que tão falando pretuguês (GONZÁLEZ, 1984, 238).

Com sua fala, Lélia Gonzalez busca desestabilizar a epistemologia dominante, dado que o preconceito racial e linguístico, no Brasil, busca descaracterizar os saberes produzidos pela comunidade negra, a qual não detém os códigos de linguagem acadêmica por estar excluída, em sua grande parte, desses espaços. Segundo Djamila Ribeiro, é importante a reflexão de

como a linguagem dominante pode ser utilizada como forma de manutenção de poder, uma vez que exclui indivíduos que foram apartados das oportunidades de um sistema educacional justo. A linguagem, a depender da forma como é utilizada, pode ser uma barreira ao entendimento e criar mais espaços de poder em vez de compartilhamento, além de ser um – entre tantos outros – impeditivo para uma educação transgressora (RIBEIRO, 2017, p. 17)

Dessa maneira, para descolonizar o conhecimento, é necessário atentar para o fato de que certas identidades sociais têm seu conhecimento silenciado e desautorizado, em detrimento de outras que são fortalecidas. Isso afirma, segundo Mbembe (2014), que a colonização, da qual parte o processo de escravidão, ocorreu também dentro dos sistemas linguísticos,

numa primeira instância, a razão negra consiste, portanto, num conjunto de vozes, enunciados e discursos, saberes, comentários e disparates, cujo objecto

é a coisa ou as pessoas «de origem africana» e aquilo que afirmamos ser o seu nome e a sua verdade (os seus atributos e qualidades, o seu destino e significações enquanto segmento empírico do mundo). (Idem, p. 57)

Para o autor, esse processo foi responsável pelo apagamento de homens e mulheres africanos, assim como de sua língua própria, ao transformá-los em mercadoria e em seguida em moeda de troca. A partir disso, Fanon afirma que todo povo colonizado, que por consequência sofreu um apagamento cultural em decorrência disso, acaba por buscar assimilar os valores do colonizador, como forma de parecerem mais brancos. É o aprisionamento no “calabouço das aparências” (FANON, 2014, p. 12), resultado de momentos que marcaram crimes relacionados às questões raciais:

o primeiro foi a espoliação organizada quando, em proveito do tráfico atlântico (século XV ao XIX), homens e mulheres originários de África foram transformados e homens-objecto, homens-mercadoria e homens-moeda². Aprisionados no calabouço das aparências, passaram a pertencer a outros, que se puseram hostilmente a seu cargo, deixando assim de ter nome ou língua própria. Apesar de a sua vida e o seu trabalho serem a partir de então a vida e o trabalho dos outros, com quem estavam condenados a viver, mas com quem era interdito ter relações co-humanas, eles não deixariam de ser sujeitos activos. O segundo momento corresponde ao acesso à escrita e tem início no final do século XVIII, quando, pelos seus próprios traços, os Negros, estes seres-capturados-pelos-outros, conseguiram articular uma linguagem para si, reivindicando o estatuto de sujeitos completos do mundo vivo. (Ibidem, p. 12)

Logo, o processo de colonização impõe um processo de subalternização do corpo e da língua. A linguagem apresenta-se, então, como o lugar das contradições de classes, conflitos de gênero e raça, em que o racista, o eurocêntrico, o opressor e o oprimido disputam o signo, para que por meio dele possam construir seus discursos, legitimando seu pensamento.

Desse modo, o colonialismo continua a agir de forma a garantir a dominação na sociedade atual, quando busca silenciar e sentenciar à morte física e intelectual mulheres negras como Carolina Maria de Jesus, ao determinar que não podem ser consideradas escritoras integrantes do cânone literário, mesmo *Quarto de despejo* tendo se tornado um *best-seller* traduzido para mais de treze línguas.

Portanto, na história de Carolina Maria de Jesus, em especial, é possível constatar essa tentativa de apagamento tanto por parte de estado necropolítico, quanto por parte da literatura, quando grupos fechados “detêm a manifestação literária como expressão de um poder pessoal e do próprio grupo” (MEIHY, 1998, p. 83), o que acaba por retirar da literatura seu caráter social, coletivo e transformador. Essas ações buscam silenciar homens e mulheres como Carolina, apresentando-se como reflexo do mesmo

silenciamento brutal realizado contra os escravos que eram obrigados a usar máscaras faciais de metal, como essa que aparece na imagem²⁸ abaixo, utilizada pela Escrava Anastácia²⁹:



Figura 4 Jacques Arago. “Escrava Anastácia”, 1817-1818

No conto *Pai contra mãe* (1962), Machado de Assis narra o horror da escravidão e a luta pela sobrevivência no Brasil Império. Utilizando-se de sua ironia característica, o texto de Machado inicia com a descrição de alguns aparelhos de castigo utilizados nos escravizados. Para isso, o narrador, ao dirigir-se a uma voz social³⁰ (FARACO, 2010, p.

²⁸ Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/fundamental-mulheres-negros-e-outros-monstros-um-ensaio-sobre-corpos-nao-civilizados/>>. Acesso em: 16 de fev. 2021.

²⁹ De acordo com Grada KILOMBA em sua obra *Plantations Memories: Episodes of Everyday Racism* “The Mask” no primeiro capítulo intitulado é intitulado *A máscara: colonialismo, memória, trauma e descolonização*, “este é um retrato da Escrava Anastácia. Esta imagem penetrante vai de encontro ao (à) espectador(a) transmitindo os horrores da escravidão sofridos pelas gerações de africanos(as) escravizados(as). Sem história oficial, alguns dizem que Anastácia era filha de uma família real Kimbundo, nascida em Angola, sequestrada e levada para a Bahia, Brasil e escravizada por uma família portuguesa. Após o retorno desta família para Portugal, ela teria sido vendida a um dono de uma plantação de cana de açúcar. Outros alegam que ela teria sido uma princesa Nagô/Yorubá antes de ter sido capturada por traficantes de escravos europeus e trazida para o Brasil. Enquanto outros ainda contam que a Bahia foi seu local de nascimento. Seu nome africano é desconhecido. Anastácia foi o nome dado a ela durante a escravidão. Segundo todos os relatos, ela foi forçada a usar um colar de ferro muito pesado, além da máscara facial que a impedia de falar. As razões dadas para este castigo variam: alguns relatam seu ativismo político no auxílio em fugas de outros(as) escravizados(as); outros dizem que ela havia resistido às investidas sexuais do mestre branco; outra versão ainda transfere a culpa para o ciúme de uma sinhá que temia a beleza de Anastácia. A ela é alegada a história de possuir poderes de cura imensos e de ter realizado milagres. Anastácia era vista como santa entre escravizados(as) africanos(as). Após um longo período de sofrimento, ela morre de tétano causado pelo colar de ferro ao redor de seu pescoço”. De acordo com GONÇALVES (2020, p. 345) “Não se sabe ao certo a biografia oficial da escrava, o que nos diz respeito a profundas tentativas de silenciamento”

³⁰ Para Bakhtin, a definição de voz não é apenas uma emissão vocal ligada ao timbre, altura, mas considera também a ideologia, dado que o homem, ao participar de um diálogo o faz como voz integral, unindo seu pensamento, destino e individualidade. (1997, p.348,349)

45) carregada de ideologia para explicar a utilidade da máscara da folha-de-flandres, afirma:

a máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dois para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. Com o vício de beber, perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede, e aí ficavam dois pecados extintos, e a sobriedade e a honestidade certas. Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel. Os funileiros as tinham penduradas, à venda, na porta das lojas. (ASSIS, 1962, p. 659)

Esse relato dentro do conto é relevante, pois a utilização das máscaras era justificada como necessária para “manter a ordem social e humana”. Essa imposição, na verdade, era uma necessidade daqueles que detinham o poder, os senhores, para que a ordem social determinada por eles fosse mantida, ou seja, a ideologia escravocrata. Logo, a máscara grotesca apresenta-se como o resultado de um colonialismo que atravessa séculos e decide, até hoje, sob outras representações, mas por meio das mesmas relações de poder, quem pode ou não falar, quem pode ou não escrever, ou, como já dito, quem pode ou não existir. Para Grada Kilomba, esses instrumentos tinham como principal função “implementar um senso de mudez e de medo” (KILOMBA, 2010. p.1), pois ainda segundo a autora

A boca é um órgão muito especial, ela simboliza a fala e a enunciação. No âmbito do racismo a boca torna-se o órgão da opressão por excelência, ela representa o órgão que os(as) brancos(as) querem – e precisam – controlar e, conseqüentemente o órgão que, historicamente, tem sido severamente repreendido. (Idem, p. 172)

“Senso de mudez”, ou seja, silêncio de humilhação e opressão, o qual retrata uma condição social, busca impedir uma contestação e estabelecer um consenso por meio de ideologias embutidas nas práticas sociais que visam manter a ordem nas estruturas sociais, gerando o senso comum e silenciando os discursos que se opõem. Como ocorreu com o discurso da vereadora eleita, em 2017, pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Marielle Franco, que, no dia 14 de março de 2018, junto com seu motorista Anderson Pedro Gomes, foi assassinada/silenciada com 13 tiros. Durante sua trajetória política, Marielle foi reconhecida pela formulação de projetos de leis e pautas em defesa dos direitos da população LGBTQIA+ e das mulheres pretas e faveladas³¹. Logo, segundo

³¹ Disponível em: < <https://www.politize.com.br/quem-foi-marielle-franco/>>. Acesso em: 16 de jul. de 2021.

Ribeiro (2017, p. 26) “quando pessoas negras estão reivindicando o direito a ter voz, elas estão reivindicando o direito à própria vida”.

Dessa maneira, as populações colonizadas foram e são, ainda hoje, submetidas às mais terríveis formas de alienação cultural e histórica. Todavia, essa opressão também criou, segundo Quijano (1999, p. 125) resistência e subversão aos padrões estrangeiros para criar sua própria experiência subjetiva, original e autônoma, como fez Carolina Maria de Jesus. Destarte, o estudo do livro *Quarto de despejo*, ainda hoje, ajuda a compreender, através do discurso da autora, a realidade da mulher negra, a partir da perspectiva de uma escritora também negra, apresentando-se como ponto de partida para uma reflexão sobre intersecções entre discurso, política, gênero e demais marcadores sociais de diferença, pois, para Stuart Hall (1997)³²

os discursos são formas de se referir ou construir conhecimento sobre um determinado tópico de prática; um conjunto (ou formação) de ideias, imagens e práticas, que fornecem maneiras de falar sobre formas de conhecimento e conduta associadas a um determinado tópico, atividade social ou local institucional na sociedade.³³ (HALL, 1997, p. 6)

Carolina se apresenta como sujeito de sua narrativa ao analisar, de forma crítica, o lugar de dominado que lhe foi imposto pelo dominador. Ela volta-se para si e para o outro, pois “o homem não tem um território interior soberano, está todo e sempre na fronteira, olhando para dentro de si ele olha para *o outro nos olhos* ou *com os olhos do outro*” (BAKHTIN, 1997, p. 341) e, dessa forma, busca expor as relações de poder que atuam no corpo social e empurram mulheres negras como ela para as favelas, para as prisões, para a morte, ou seja, que as obriga a ocupar os quartos de despejo da sociedade. Essa condição é claramente descrita por Lélia Gonzalez:

Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas, etc, até à polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado até aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (...) dos dias de hoje,

³² Disponível em: < https://eclass.aueb.gr/modules/document/file.php/OIK260/S.Hall%2C%20The%20work%20of%20Representation.pdf?source=post_page----- >. Acesso em: 16 de jul. de 2021.

³³ Do original: “Discourses are ways of referring to or constructing knowledge about a particular topic of practice; a cluster (or formation) of ideas, images and practices, which provide ways of talking about, forms of knowledge and conduct associated with, a particular topic, social activity or institutional site in society”.

o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (...) No caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. (GONZALES, 1979, p. 232).

Todo esse processo histórico acaba por conduzir a mulher negra a não se legitimar. Isso se estende à literatura, quando escritores brancos exploram apenas temas como sedução, beleza, resistência, ou seja, elementos voltados para o corpo da mulher e não para o que de fato ela pensa ou como se enxerga na sociedade, pois, segundo hooks³⁴ (1995, p. 469), na sociedade, as mulheres negras têm sido consideradas apenas corpo, sem mente. Dessa forma, é negada à mulher negra a construção de uma identidade, de um discurso de resistência, já que se encontra em posição de subalternidade e, nesse caso, para Spivak (2010) ser subalterno não é uma identidade, mas sim uma condição, na qual aqueles que nela estão não têm o direito de falar, de se expressar, pois se fizerem, passam a ganhar visibilidade e saem da condição de subalternos. Essa invisibilidade motivou Sojourner Truth³⁵, ex-escrava, a fazer, em 1851, seu notório discurso intitulado “E eu não sou uma mulher?” na Convenção dos Direitos das Mulheres em Ohio³⁶:

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, que é preciso carregá-las quando atravessam um lamaçal e que elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também agüentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher?”

Como parte central de seu discurso impactante Truth argumenta sobre a diferença entre a ideia de mulher, baseada em um modelo de mulher branca, e a diferença que implicava, e porque não dizer, implica até hoje, ser uma mulher negra. Por meio dessa temática central, amplia o debate sobre a relevância da mulher para a política, economia,

³⁴ Nascida Gloria J. Watkin, essa intelectual negra assume o nome de sua avó e prefere que seja escrito assim, em minúsculo.

³⁵ “Nascida em um cativeiro em Swartekill, em Nova York, Isabella Baumfree decidiu adotar o nome de Sojourner Truth, a partir de 1843, e tornou-se abolicionista afro-americana, escritora e ativista dos direitos da mulher. Em decorrência de suas causas, em 1851, participou da Convenção dos Direitos da Mulher, na cidade de Akron, em Ohio, nos EUA, onde apresentou seu discurso mais conhecido denominado E eu não sou uma mulher?”. RIBEIRO, p. 13, 2017.

³⁶ Sojourner Truth Speeches and Commentary. Disponível em: <<https://sojournertruth.org/>>. Acesso em: 27 de fev. de 21.

ou seja, para a sociedade, ao passo que denuncia, conforme relatado por Davis (2016) em seu livro *Mulheres, raça e classe*, o fato de que mulheres negras eram submetidas aos mesmos trabalhos e punições que recebiam os homens negros, além de também sofrerem constantes abusos sexuais:

enquanto as punições mais violentas impostas aos homens consistiam em açoitamentos e mutilações, as mulheres eram açoitadas, mutiladas e também estupradas. O estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras. (DAVIS, 2016, p. 26)

É importante não generalizar as dificuldades e dilemas de mulheres brancas e negras, pelo fato de serem todas mulheres. Segundo Sueli Carneiro, em *Enegrecendo o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*,

As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras. Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhozinhos e de senhores de engenho tarados. (CARNEIRO, 2011, p. 1, 2)

Essa discussão também é bem desenhada no texto *Mulheres negras: moldando a teoria feminista*, de bell hooks, quando a autora tece uma crítica à obra *The feminine mystique*³⁷, de Betty Friedan, publicado em 1963. Segundo hooks, Friedan acaba por generalizar as dificuldades de mulheres brancas, como sendo as mesmas para todas as demais. hooks afirma:

A famosa frase de Friedan, “o problema que não tem nome”, muitas vezes citada para descrever a condição das mulheres nesta sociedade, na verdade se refere à situação de um seleto grupo de mulheres brancas casadas, com formação universitária, de classe média e alta – donas de casa entediadas com o lazer, a casa, os filhos, as compras, que queriam mais da vida. Friedan conclui seu primeiro capítulo afirmando: “Não podemos continuar a ignorar essa voz

³⁷ hooks afirma a importância da obra, mas deixa claro que “problemas e dilemas específicos de donas de casa brancas da classe privilegiada eram preocupações reais, merecedores de atenção e transformação, mas não eram preocupações políticas urgentes da maioria das mulheres, mais preocupadas com a sobrevivência econômica, a discriminação étnica e racial etc” (2015, p. 194).

íntima da mulher, que diz: Quero algo mais que meu marido, meus filhos e minha casa”. A autora definiu esse “mais” como profissões, sem discutir quem seria chamado para cuidar dos filhos e manter a casa se mais mulheres como ela própria fossem libertadas do trabalho doméstico e tivessem o mesmo acesso a profissões que têm os homens brancos. Ela não falou das necessidades das mulheres sem homem, sem filhos, sem lar, ignorou a existência de todas as mulheres não brancas e das brancas pobres, e não disse aos leitores se era mais gratificante ser empregada, babá, operária, secretária ou uma prostituta do que ser dona de casa da classe abastada. (hooks, 2015, p. 194)

A autora ignora o fato de que muitas mulheres não têm sequer opção, o direito de escolher seu lugar no conjunto da sociedade, dado que essa escolha está interseccionada por questões de raça e classe. São mulheres como Carolina Maria de Jesus que, desde o início do século XIX, até hoje, encontram seu reflexo em várias outras mulheres em situação de pobreza ou mesmo miséria, mas que diferem nas experiências, nos modos de conceber e lidar com a realidade.

Em seu texto, Carolina afirma (2014, p. 39) “No nosso paiz tudo está enfraquecido. O dinheiro é fraco. A democracia é fraca e os políticos fraquissimos. E tudo que está fraco, morre um dia” evidenciando, a situação de um país que buscava desenvolver sua economia, facilitando a entrada do capital estrangeiro, mas que não enxergava e até hoje não enxerga as desigualdades sociais sofridas por sua população, cujos corpos continuam a ser vítimas do racismo, da xenofobia, da modernização que “joga gente do campo e da floresta para viver em favelas e em periferias, para virar mão de obra em centros urbanos” (KRENAK, 2019, p. 9), da violência policial e do atual “trabalho análogo ao escravo”³⁸, um eufemismo para trabalho escravo, pois são populações consideradas inferiores na classificação humana, são sub-humanos.

Essas, de acordo com Boaventura de Sousa Santos, são as novas formas de colonialismo, inicialmente, “concebido como missão civilizadora dentro do marco historicista ocidental nos termos do qual o desenvolvimento europeu apontava o caminho ao resto do mundo” (SANTOS, 2008, p. 18), mas que consiste atualmente em

todo o modo de dominação que assente na degradação ontológica das populações dominadas por razões etno-raciais. Às populações e aos corpos racializados não é reconhecida a mesma dignidade humana que é atribuída aos que os dominam. São populações e corpos que, pese embora todas as declarações universais dos direitos humanos, são existencialmente considerados sub-humanos, seres inferiores na escala do ser, e as suas vidas

³⁸ Em novembro de 2020, Madalena Gordiano, de 46 anos, mulher negra, foi resgatada por auditores fiscais do trabalho e pela Polícia Federal, após 38 anos sendo escravizada. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/apos-38-anos-mulher-e-libertada-de-trabalho-analogo-a-escravidao-em-mg/>. Acesso em: 16 de jul. de 2021.

pouco valor têm para quem os oprime, sendo, por isso, facilmente descartáveis³⁹. [sic] (Ibidem)

Ou seja, o colonialismo, mesmo tendo findado com a independência de nações no século XIX, opera, até hoje, por meio da colonialidade, a qual, segundo Quijano (2009), não desaparece com a independência, mas continua propagando o pensamento colonial com base na “imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjectivos, da existência social quotidiana e da escala societal” (Idem, p. 73), cuja base do raciocínio é o extermínio de povos que se construiu e se constrói, até hoje, por meio da escravidão, e segue determinando, com base na raça, quais são os corpos que merecem respeito. Isso só é possível dado que o estado, de forma soberana, incute-se do direito de matar, pois ser soberano “é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida com a implantação e manifestação do poder” (MBEMBE, 2018, p. 123).

Logo, fica evidente que para interpretar o *corpus* escolhido é necessário compreender os aspectos de produção e reprodução de práticas discursivas institucionalizadas na sociedade, pois histórica e politicamente os textos constituem documentos (MAGALHÃES, MARTINS E RESENDE, 2017). Visto que a linguagem, como consequência de sua relevância, atua na organização e manutenção de blocos sociais hegemônicos, que utilizam critérios como classe social, etnia, gênero e linguagem formal e informal para segmentar, de forma conservadora, grupos dentro de uma mesma sociedade.

³⁹ Disponível em: < <https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2018/04/o-colonialismo-insidioso-por-boaventura-de-sousa-santos/>>. Acesso em: 16 de fev. 2021.

Capítulo V

ALÉM DO QUARTO DE DESPEJO

O objetivo desse capítulo, em um primeiro momento, é apresentar um pouco do percurso vivenciado por Carolina Maria de Jesus. Abordaremos algumas de suas produções literárias, assim como importantes momentos da sua trajetória. Para isso, mergulharemos no contexto de produção em que a autora está inserida e do qual *Q.D.* é resultado. Desse modo, pretendemos falar de Carolina como escritora de uma vasta obra, e de modo mais específico sobre *Q.D.*, sua primeira publicação datada de 1960.

Em seguida, objetivamos tornar concreta a abordagem teórico-metodológica descrita anteriormente. Para isso, selecionamos alguns trechos da obra analisada “*Quarto de despejo: o diário de uma favelada*”, com o intuito de aplicar o arcabouço teórico-metodológico da ADC e das categorias analíticas discutidas no primeiro capítulo, com base em análises que se ocupam de problemas sociais presentes na obra.

4.1 Carolina Maria de Jesus: vida e obra

No Brasil, a década de 60 foi marcada por uma série de eventos, muitos deles frutos de desdobramentos sociais iniciados na década de 50, como o movimento negro, a segunda fase do movimento do feminista (ALVES; ALVES, 2013)⁴⁰, a ampliação do conceito de gênero, raça e, um dos eventos mais vergonhosos da história brasileira, a ditadura militar. Sobre esse último, a antropóloga brasileira Lélia Gonzalez afirmou que o movimento ditatorial acabou por promover desconjuntura das elites intelectuais negras, “que foram desarticuladas pelo golpe de 64. [...] A repressão desmobilizou as lideranças negras, lançando-as numa espécie de semiclandestinidad” (GONZALEZ, 1982, p. 30). Destarte, esse período é marcado por diversos movimentos que vão fomentar as novas maneiras de pensar e agir da sociedade brasileira.

Considerando inicialmente a saga pessoal, Carolina Maria de Jesus nasceu em Sacramento, interior de Minas Gerais, no ano de 1914. Era neta de escravos, não conheceu o pai e frequentou a escola regular por aproximadamente dois anos, quando precisou abandonar os estudos para acompanhar a mãe que foi trabalhar em uma fazenda. Assim, acabou percorrendo o mesmo caminho de outras mulheres negras e passou a trabalhar

⁴⁰ Esse que incorporou importantes conquistas, como: o acesso a métodos contraceptivos, saúde preventiva, igualdade entre homens e mulheres, proteção à mulher contra a violência doméstica.

como doméstica em São Paulo, indo morar na favela do Canindé com seus filhos que também não conheceram os pais.

Nesse contexto, a autora constrói sua trajetória social entre duas ditaduras, no Estado Novo, em 1945 e em 1964, num período em que o país recebia forte investimento estrangeiro, e que buscava favorecer a economia urbana em detrimento da rural. Esse processo de transformação, segundo Meihy, (1996, p. 8) afetava diretamente a vida da população, em especial os menos favorecidos socialmente que se viam sem muitas opções de empregabilidade. Diante disso, Carolina passa a sustentar a família catando papel para vender e comendo restos de lixo das ruas de São Paulo. No entanto, alguns desses papéis, ela guardava para escrever seus pensamentos sobre a vida miserável que levava na favela, lugar por ela chamado de quarto de despejo, pois era lá que o Estado jogava os pobres, ou como relatou: “a favela é o quintal onde jogam os lixos” (JESUS, 2014, p. 32).

Em 1958, depois de passar muitas dificuldades, conheceu o jornalista Adáulio Dantas, que acabou descobrindo a obra literária *Quarto de despejo*, e tornou-se uma escritora de destaque do dia para a noite. Ele foi, então, o responsável por organizar os textos do diário e enviar para edição, mantendo a originalidade da obra, inclusive nas questões gramaticais consideradas como “erros” pela norma culta da língua portuguesa. Ainda segundo Meihy (1996), Carolina Maria de Jesus ficou conhecida como a escritora que saiu das favelas de São Paulo e, com isso,

emblemava um tipo útil aos ecos de qualquer dos projetos políticos existentes então. Vinda de baixo, servia como metáfora da mobilidade social positiva e até progressista e, neste sentido, era a prova tangível de uma versão tropical do mito da *selfmade woman*. Os políticos sabiam disto. Valia também sua imagem, para os opositores do modelo industrializante que se plantava, como testemunha viva da denúncia, necessária. Estes outros políticos também sabiam disto. Sua história, contada e cantada em prosa e versos, era chaga aberta das condições impostas aos miseráveis, filhos excluídos do desenvolvimentismo *jucelinista* do fim dos anos 50. Sua experiência pessoal, como faca de dois gumes fatais, atingia pela direita e pela esquerda. Dependia do uso. Uso de seus escritos e de sua imagem. (Idem, p. 8-9) (Grifo do autor)

Percorrendo brevemente a trilogia memorialista de Carolina Maria de Jesus, em *Quarto de despejo* (1960) ela buscou relatar o dia a dia da favela do Canindé, localizada em São Paulo. A obra foi o maior sucesso editorial do país até aquele momento, fazendo com que Carolina fosse lançada como símbolo de luta contra as injustiças sociais brasileiras. De acordo com depoimento da autora reproduzido em uma das edições do livro: “escrevo a miséria e a vida frustrada dos favelados” (JESUS, 2014, p. 195). Logo, a escrita foi a forma encontrada para desafogar as misérias vividas por ela na favela, mas

também uma forma de denunciar a realidade que assolava e até hoje assola milhares de brasileiros em situação de subalternidade.

Em *Casa de alvenaria* (1961), ela aborda a concretização da compra da tão sonhada casa feita de alvenaria, único bem conseguido com o sucesso do lançamento do primeiro manuscrito. No entanto, a obra não alcança o mesmo destaque de *Quarto de Despejo*, pois “ao contrário do que havia ocorrido com o primeiro livro, a novidade já não fora tão grande, e a crítica se fixou numa discussão sobre a originalidade da produção de Carolina” (MACEDO, 2004, p. 591). No prefácio de *Casa de alvenaria*, Audálio Dantas sinaliza que Carolina pode encerrar sua trajetória como escritora, como se a ela, na posição de subalterna, fosse permitido falar apenas sobre a favela, ou seja, apenas sobre temas referentes ao fato de ser uma mulher negra favelada. Uma vez que Carolina tinha saído dessa condição, ela não tinha mais permissão para falar sobre outras temáticas. É a máscara do silêncio mais uma vez sendo imposta:

Agora você está na sala de visitas e continua a contribuir com este novo livro, com o qual você pode dar por encerrada a sua missão. [...] Guarde “aquelas poesias”, “aqueles contos” e “aqueles romances” que você escreveu. A verdade que você gritou é muito forte, mais forte do que você imagina, Carolina (DANTAS, 1961, p. 10).

Já na obra póstuma, *Diário de Bitita*, publicada primeiro em francês, no ano de 1982, a autora narra suas memórias de infância e adolescência, quando ainda residia em Sacramento, interior de Minas Gerais. Durante esse período, foi levada ao médico pela mãe, a qual queixava-se que Carolina chorava dia e noite, ele então revela “que, até aos vinte e um anos, eu ia viver como se estivesse sonhando, que a minha vida ia ser atabalhoada. Ela vai adorar tudo que é belo! A tua filha é poetisa” (JESUS, 1986, p. 71). Assim, na obra, Carolina Maria de Jesus, ou a “negrinha feia” (Idem, p.122), como foi chamada pelos colegas de sala na escola, por meio de uma narrativa memorialística, apresenta as vivências que contribuíram para ela tornar-se uma escritora capaz de refletir e relatar sobre sua condição numa sociedade que é fortemente marcada pelas questões de gênero, raça e identidade.

Como citado na apresentação do capítulo, focaremos apenas na obra que constitui nosso *corpus* de análise, assim, nos aprofundando no processo de escrita de *Quarto de Despejo*. Conforme Meihy (1998, p. 86), as primeiras páginas do diário de Carolina foram escritas no ano do 1955 e se adensaram em 1958. Nesse período, temos a construção de Brasília, acompanhada das chamadas medidas desenvolvimentistas de Juscelino

Kubstchek (JK), mas que não alcançaram, de fato, aqueles mais excluídos socialmente. Carolina apresenta-se como prova disso. Na cultura, tínhamos a Bossa Nova, movimento nascido na Zona Sul do Rio de Janeiro, que buscava mostrar a vida por um viés positivo, como podemos ver na música “O barquinho” de Roberto Menescal⁴¹,

Dia de luz festa de sol
E um barquinho a deslizar
No macio azul do mar
Tudo é verão e o amor se faz
Num barquinho pelo mar
Que desliza sem parar...
Sem intenção, nossa canção
Vai saindo desse mar
E o sol
Beija o barco e luz
Dias tão azuis!
Volta do mar desmaia o sol
E o barquinho a deslizar
E a vontade de cantar!
Céu tão azul ilhas do sul
E o barquinho, coração
Deslizando na canção
Tudo isso é paz tudo isso traz
Uma calma de verão e então
O barquinho vai
A tardinha cai
O barquinho vai
A tardinha cai...

Essa paz certamente não era sentida por Carolina, pois ela não tinha disponibilidade de passar um longo período contemplando as belezas naturais, o que não significa que ela não tivesse essa percepção, como podemos ver seu relato em: “contemplava extasiada o céu cor de anil. E eu fiquei compreendendo que eu adoro o meu Brasil. O meu olhar posou nos arvoredos que existe no início da rua Pedro Vicente. As folhas movia-se. Pensei: elas estão aplaudindo este meu gesto de amor a minha Pátria” (JESUS, 2014, p. 35), mas logo em seguida afirma “eu ando tão preocupada que ainda não contemplei os jardins da cidade” (Ibidem), pois “o pobre não repousa. Não tem o privilégio de gosar descanso” (JESUS, 2014, p. 12)⁴², ou seja, de apreciar o “barquinho a deslizar no macio azul do mar” o dia todo, com tranquilidade e paz.

Além da música, no esporte, o Brasil conquista a primeira Copa do Mundo, em 1958, e o país é tomado por uma onda nacionalista. Em paralelo, juntamente com “os

⁴¹ Disponível em: < <https://www.letras.mus.br/roberto-menescal/757877/>>. Acesso em: 13 de jul. de 2021.

⁴² Destacamos que nos trechos selecionados manteremos a gramática conforme foi registrada pela autora, buscando manter a originalidade do texto.

movimentos estudantis, de camponeses, de funcionários públicos e sindicalizados, os pobres começavam a ser personagens presentes na vida nacional, manifestando-se como grupo de influência”. (MEIHY, 1998, p. 86). É nesse cenário que ocorre o lançamento do livro *Quarto de despejo* e, conseqüentemente, seu posterior apagamento pela ditadura brasileira que pretendia mostrar um país em forte desenvolvimento, resultado de um “milagre econômico”, que em nada se relacionava com a história de uma mulher negra favelada.

Abordamos, aqui, apenas os livros que compõem a trilogia memorialista, no entanto, é sabido que a obra da autora é bem mais extensa. Em vida, lançou ainda *Pedaços da fome* (1963) e *Provérbios* (1963). Carolina morre, aos 62 anos, no dia 13 de fevereiro, após sofrer com uma crise de asma, em seu sítio na cidade de Parelheiros – São Paulo, deixando uma vasta obra inédita.

Nesse momento, atentamos para o cuidado de, assim como sinalizou Conceição Evaristo durante entrevista ao programa Roda Viva⁴³, que é importante não vermos Carolina apenas como uma mulher que veio da favela, e que conseguiu se destacar, apesar de todos os empecilhos sociais, lançando-a, dessa forma, num lugar de exceção, pois quando fazemos isso estamos desligando-a do lugar de origem, estamos deixando de nos questionar “O que causa essas situações de exclusão?” é o que vamos buscar responder na próxima seção com base em trechos da obra analisada.

4.2 O peso da cor da pele

Na obra *A crítica da razão negra* Mbembe descreve o que se entende por “negro”, ou seja, uma definição formada por um conjunto de conhecimentos grotescos que o assemelha a um animal, vejamos:

Mas o que devemos entender por «Negro»? [...] Num plano fenomenológico, o termo designa, numa primeira abordagem, não determinada realidade significativa, mas um jazigo ou, melhor, uma ganga de disparates e de alucinações que o Ocidente {e outras partes do mundo} urdiu, e com a qual revestiu as pessoas de origem africana muito antes de serem capturadas nas redes do capitalismo emergente dos séculos XV e XVI. Ser humano vivo e com formas bizarras, queimado pela irradiação do fogo celeste, dotado de uma petulância excessiva, dominado pela alegria e abandonado pela inteligência, o Negro é antes de tudo o resto de um corpo - gigantesco e fantástico -, um membro, órgãos, uma cor, um odor, carne humana e carne animal, um conjunto inaudito de sensações. (MBEMBE, 2014, p. 75, 76)

⁴³ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Wnu2mUpHwAw>>. Acesso em: 07 de nov. de 2021.

Esse é o peso da cor da pele, ser rotulado por uma raça que não é verdadeiramente sua, pois lhe foi imposta de maneira passiva e que significa exploração e opressão. É um signo de mágoa, dor e inferioridade que visa desqualificar moralmente, desumanizar. É representar “uma das perturbadoras figuras da nossa modernidade” (Idem, p. 73), cujo corpo é uma negação da humanidade, pois “para se reproduzir, o princípio de raça dependerá de um conjunto de práticas cujo alvo imediato, directo, é o corpo do outro, assim como o campo de aplicação é a vida, na sua generalidade” (Idem, p. 102).

Isso posto, contrariando a realidade que lhe foi historicamente imposta, Carolina escreveu, com base nas suas memórias, relatando acontecimentos do passado e da atualidade e fez disso um recurso discursivo para imprimir, por intermédio da sua literatura, a sua percepção do mundo, pois “um homem que possui a linguagem possui, em contrapartida, o mundo que essa linguagem expressa e que lhe é implícito [...]. Existe na posse da linguagem uma extraordinária potência” (FANON, 2008, p. 34). E, assim, a partir de 15 de julho de 1955, inicia a escrita do seu dia a dia, descortinando as várias faces da exclusão social no Brasil:

As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que marca com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de veludos, almofadas de cetim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo. (JESUS, 2014, p 37)

Dessa maneira, na obra, o quarto de despejo mostra-se como uma metáfora, um símbolo que compara a favela a um lugar de exclusão, onde se localizam os restos, os miseráveis que estão à margem da sociedade. É o que Resende e Ramalho (2019, p. 87) chamam metáfora orientacional, a qual baseia-se na orientação espacial, perpassada pela experiência física e cultural.

Assim, ao escrever “cheguei na favela: eu não acho geito de dizer cheguei em casa. Casa é casa. Barracão é barracão” (JESUS, 2014, p. 47), a autora realiza o que Resende e Ramalho (2019, p. 79) nomeiam de *afirmação avaliativa* que exprime aquilo que é ou não considerado desejável, para isso transforma um substantivo em um atributo, “casa” e “barracão” para afirmar que o lugar onde habita não é um lar, no sentido de ser “o espaço em que ela se protege do mundo ou onde ela se recolhe e descansa, não é o espaço da sua intimidade, não é nem mesmo o espaço da vizinhança, onde as relações

mais próximas e solidárias se estabelecem” (CASTRO, 2017, p. 2)⁴⁴. Ao narrar sua insatisfação, Carolina joga o leitor no seu mundo, no inferno como ela chama a favela e pode ser constatado no trecho “- Se eu pudesse mudar desta favela! Tenho a impressão que estou no inferno” (JESUS, 2014, p 26).

Esforçando-se para sair dessa realidade, nem que seja por alguns momentos, Carolina cria um faz de conta (“Eu cato papel, mas não gosto. Então eu penso: faz de conta que eu estou sonhando” (Idem, p. 29)), inventa novas realidades, novos lugares, novas palavras como o neologismo “residível”, agora sim, no sentido de lar digno, de um lugar no qual se sente segura, sem fome, pois lá ela tinha “sacos de feijão”. Vejamos:

Sonhei que eu residia numa casa residível, tinha banheiro, cozinha, copa e até quarto de criada. Eu ia festejar o aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu ia comprar-lhe umas penelinhas que há muito tempo ela vive pedindo (Idem, p. 30)

Observemos, além do neologismo “residível”, a construção “ia festejar” com um valor de futuro do pretérito, ou seja, “festejaria”, ou ainda “ia comprar”, para “compraria”, indicando, segundo Koch (2011), uma lexicalização do tempo verbal, o que sinaliza uma probabilidade, uma ação que se apresenta como consequência de outra, nesse caso, o fato de ter um lar estruturado, uma casa de alvenaria, criaria a realização dessas possibilidades. É possível destacar ainda o termo “e até” no sentido de “e até mesmo”, o qual funciona como um operador argumentativo que busca assinalar um argumento mais firme dentro de uma escala de raciocínio que se direciona para uma conclusão, no caso, de que Carolina teria, inclusive, um quarto de empregada em sua casa, mas não necessariamente uma empregada. A utilização do termo “até” com o mesmo sentido, também pode ser observada em “Quando eu fiquei doente eu andava até querendo suicidar por falta de recursos”. (JESUS, 2014, p. 67), ou seja, “até mesmo querendo me matar”, desejo bastante recorrente na obra, aparecendo, muitas vezes, como a única opção para sair da situação miserável em que vivia, como relatado em “...Hoje não temos nada para comer. Queria convidar os filhos para suicidar-nos” (Idem, p. 174). Diante desse cenário, a morte seria a única conclusão/solução possível para fome.

É possível notar ainda uma *afirmação com verbo de processo mental* (RESENDE E RAMALHO, 2019, p. 79, 80) considerada afetiva por marcar, de forma explícita, a

⁴⁴ Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4326005/mod_resource/content/1/anacastro_CarolinaeJoanaCidade_fim.pdf>. Acesso em: 21 de jul. de 2021.

afirmação do autor, como ocorre em “Cheguei a conclusão que quem não tem de ir pro céu, não adianta olhar pra cima. É igual a nós que *não gostamos da favela*, mas somos obrigados a residir na favela” (Idem, p. 42, 43, grifo nosso). Carolina reafirma, mais uma vez, explicitamente sua insatisfação em morar na favela, afirmando: *não gostamos da favela*.

No trecho abaixo destacamos o uso do modalizador deôntico “*é preciso*” como forma de sinalizar aquilo que se deve fazer, apresentando como algo obrigatório a necessidade de fugir da realidade para escrever, mesmo essa realidade sendo a *escrivência* da autora, como se pode constatar nos demais trechos.

Eu deixei o leito as 3 da manhã porque quando a gente perde o sono começa pensar nas miserias que nos rodeia. (...) Deixei o leito para escrever. Enquanto escrevo vou pensando que residio num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes de brilhantes. Que a minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades. (...) *É preciso* criar este ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela. Fiz o café e fui carregar água. Olhei o céu, a estrela Dalva já estava no céu. Como é horrível pisar na lama (JESUS, 2014, p. 59,60, grifo nosso).

De acordo com Fairclough (2003, p.166), “escolhas de modalidades em textos podem ser vistas como parte de processo de texturização de autoidentidades”, pois esse posicionamento marcado mostra significativamente quem você é, ou seja, sua representação. Nestes trechos, observa-se, mais uma vez, o uso do modalizador subjetivo que apresenta, de forma expressa, o grau de afinidade com a proposição, como em “*temos que*” ao indicar que Carolina se vê obrigada a se comportar como um animal para conseguir se alimentar, sem sentir nojo, do que encontra no lixo.

O custo de vida faz o operário perder a simpatia pela democracia. Quando eu passava na avenida Tiradentes, uns operários que saíam da fábrica disse-me: - Carolina, já que você gosta de escrever, instiga o povo para adotar outro regime. O custo de vida nos obriga a não ter nojo de nada. *Temos que* imitar os animais (JESUS, 2014, p. 99, 100, grifo nosso).

- É verdade que você come o que encontra no lixo?
- O custo de vida nos obriga a não ter nojo de nada. *Temos que* imitar os animais (Idem, p. 112, grifo nosso).

Esse comportamento apresenta-se como reflexo tanto de um suposto aceleração econômico proposto por JK que não atingia as camadas populares, quando ela frisa o alto o custo de vida que faz com seja necessário se alimentar do lixo descartado por outras pessoas, (Idem, p. 64), quanto um reflexo da escravidão, pois, para Mbembe,

Experienciar a servidão é ser colocado à força na zona de indiferenciação entre o homem e o animal, nesses lugares onde se observa a vida humana a partir da posição do animal - a vida humana que reveste a forma da vida animal até ao ponto de ser impossível distingui-las, até ao ponto de não se saber se o animal é mais humano do que o homem ou se o homem é mais animal que o animal (MBEMBE, 2014, p. 258).

Observamos, nisso, a base da ordem colonial, a qual, ainda segundo o autor (Idem, p. 119), promove a separação da humanidade em espécies e subespécies, como forma de realizar uma classificação hierárquica que nega as singularidades essenciais. De acordo com Quijano (2009, p. 111), esse é mais um efeito da colonialidade do poder entre as relações de gênero, em que os escravos negros não eram vistos apenas como mercadorias, mas como animais.

Nisso, fica evidente que os efeitos da colonização continuam reverberando ainda hoje na sociedade, seja na luta pela sobrevivência em meio a fome (“E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual – a fome” (JESUS, 2014, p. 32)), visto que “a exploração, é o ‘corpo’ que é usado e consumido no trabalho e, na maior parte do mundo, na pobreza, na fome, na má nutrição, na doença” (QUIJANO, 2009, p. 111), seja na identidade, pois “revelar a sua identidade é também reconhecer-se, auto-reconhecimento, é saber quem se é e dizê-lo ou, melhor, proclamá-lo, ou também dizê-lo a si mesmo” (MBEMBE, 2014, p. 255). No entanto, a identidade se forma a partir dos sistemas culturais que nos rodeiam, e é definida historicamente (HALL, 2006). Com isso, Carolina procura fazer da sua vivência sua *escrivivência*, ou seja, parte de sua condição culturalmente imposta para escrever sua história, para dar voz às problemáticas vividas por ela, e por meio disso mostrar sua existência, pois o “acto de identificação é igualmente uma afirmação de existência. «Eu sou» significa, desde logo, eu existo” (MBEMBE, 2014, p. 255).

Portanto, a construção identitária abarca também uma questão social, dado que o “Negro não existe, no entanto, enquanto tal. É constantemente produzido. Produzir o Negro é produzir um vínculo social de submissão e um corpo de exploração” (Idem, p. 40), assim como política, que reflete a estrutura social em que a mulher negra está inserida, conforme observa-se no trecho em que Carolina refere-se a sua existência (“a minha, até aqui, tem sido preta. Preta é a minha pele. Preto é o lugar onde moro” (JESUS, 2014, p. 167)), ao mesmo tempo em que age sobre Carolina transformando-a e adquirindo sentido por meio da linguagem. Nesse processo, a escrita apresenta-se como um caminho e uma forma de alcançar seu objetivo principal que é a libertação da condição de favelada:

“É que eu estou escrevendo um livro para vendê-lo. Viso com esse dinheiro comprar um terreno para eu sair da favela. Não tenho tempo para ir na casa de ninguém” (Idem, p.27).

Assim, ser negro é uma identidade que tem de ser aprendida e que somente pode ser reconhecida em determinado momento. Para Carolina, esse reconhecer vem por meio da escrita, quando enxerga a identidade que lhe foi imposta:

Abri a janela e vi as mulheres que passam rápidas com seus agasalhos descorados e gastos pelo tempo. Daqui a uns tempos estes palitol que elas ganharam de outras e que de há muito devia estar num museu, vão ser substituídos por outros. [...] Devo incluir-me, porque eu também sou favelada. Sou rebotalho. (Idem, p. 37)

Considerando a modalidade subjetiva por meio dos termos *penso/acho* é possível constatar, segundo Fairclough (2001, p. 200), uma baixa afinidade da falante o que demonstra uma falta de poder, e não falta de convicção ou conhecimento, pois aquilo que pode ser reivindicado como conhecimento depende de relações de poder, vejamos os trechos:

Quando eu estou com pouco dinheiro procuro não pensar nos filhos que vão pedir pão, pão, café. Desvio meu pensamento para o céu. *Penso*: será que lá em cima tem habitantes? Será que eles são melhores do que nós? Será que o domínio de lá suplanta o nosso? Será que as nações de lá é variada igual aqui na terra? Ou é uma nação única? Será que lá existe favela? E se lá existe favela será que quando eu morrer eu vou morar na favela? (JESUS, 2014, p. 50)

Vieram chingar-me de entrometida. Eu *penso* que a violência não resolve nada. (Ibidem)

Quando eu digo casa, *penso* que estou ofendendo as casas de tijolos. (JESUS, 2014, p. 55)

À Vera disse-me:

| — *Acho* que vou ganhar uma boneca.

Respondi:

— É eu *acho* que vamos ganhar pão. (Idem, p. 146)

Observamos que o termo *penso* se repete vinte e uma vezes na obra, enquanto o termo *acho*, quinze vezes. Já o modalizador objetivo *pode ser*, que segundo Fairclough (2001, p. 200) objetiva indicar alguma forma de poder, apareceu apenas três vezes no texto, como em: “A fome era tanta que ele não pode deixar assar a carne. Esquentou-a e comeu. Para não presenciar aquele quadro, saí pensando: faz de conta que eu não presenciei esta cena. Isto *não pode* ser real num paiz fértil igual ao meu. (JESUS, 2014, p. 40). Nesse caso, Fairclough (2001, p. 200) atenta para o fato de que nem sempre é claro qual o ponto de vista do falante, ou seja, se ele está projetando o seu próprio pensamento,

ou sendo apenas um veículo para transmitir o ponto de vista de um indivíduo ou grupo. De toda forma, o autor afirma que “modalidades objetivas permitem que perspectivas parciais sejam universalizadas” (Idem, p. 202)

Observemos, também, que a narrativa é repleta de ambiguidades, frutos de um olhar plural de Carolina que se divide entre o desprezo que sente pela favela e por aqueles que nela estão e pelo fato de que ela também está lá e faz parte desse mundo: “voltei para meu barraco imundo. Olhava o meu barraco envelhecido. As tabuas negras e podres. Pensei: está igual a minha vida” (JESUS, 2014, p. 175). Assim, é possível abordar uma grande variedade de perspectivas em seu olhar, como nos trechos em que ela afirma que “os favelados são tão nocivos” e que “o pobre não tem dó de outro pobre”:

Os favelados todos os anos fazem fogueiras. Mas em vez de arranjar lenha rouba uns aos outros. Entram nos quintaes e carregam as madeiras de outros favelados. Eu tinha um caibro, eles levaram para queimar. Não sei porque é que os favelados são tão nocivos. Alem deles não ter qualidades ainda surgem os maus elementos que mesclam-se com eles. (Idem, p. 71)

Um dia cheguei e encontrei o João chorando. Ele disse-me:
- Sabe mãe, a Dona Rosa me jogou bosta no rosto.
[...] Fiquei horrorizada com a maldade da Dona Rosa. [...] Porque será que o pobre não tem dó do outro pobre? (Idem, p. 81)

O posicionamento da autora pode justificar-se pelo fato de que ela não está alheia a sua condição de mulher negra e, por isso, a construção de sua identidade literária, no conjunto de sua obra, está sempre permeada por discussões de etnia, gênero e classe. De acordo com Dalcastagnè (2012, p. 45), esse modo de ver o favelado “pode ser preconceituoso, apreensivo, respeitoso, dependendo da disposição da protagonista e narradora no momento em que fala (ou escreve)”, isso mostra que a visão de Carolina não estava restrita à realidade em que vivia. Pois, ela também é plural em sua existência, é mãe, mulher que sente atração pelo cigano Raimundo (“pensei: se algum dia este homem for meu, hei de prendê-lo ao meu lado” (Idem, p. 153)), assim como pelo senhor Manoel (“mas quando eu estou deitada com ele, acho que ele me serve” (Idem, p. 136)), mas que decide não ficar com nenhum dos dois,

– Eu tenho muito serviço. Não posso preocupar com homens. Meu ideal é comprar uma casa decente para os meus filhos. Eu, nunca tive sorte com homens. Por isso não amei ninguém. Os homens que passaram na minha vida só arranjaram complicações para mim. Filhos para eu criá-los. (Idem, p. 189)

Era escritora (“eu cato papel, ferro, nas horas vagas escrevo” (Idem, p. 105)), ser político e crítico da realidade (“fui na sapataria retirar os papéis. Um sapateiro perguntou-me se o meu livro é comunista. Respondi que é realista. Ele disse-me que não é aconselhável escrever a realidade” (Idem, p. 108)), ou seja, em Carolina habitava uma multiplicidade de existências. E, nesse contexto, Carolina reafirma sua consciência negra:

[...] eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rústico. Eu até acho o cabelo de negro mais educado do que o cabelo de branco. Porque o cabelo de preto onde põe, fica. É obediente. E o cabelo de branco, é só dar um movimento na cabeça ele já sai do lugar. É indisciplinado. Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta. (Idem, p. 64)

Pensando nisso, através de seu diário busca realizar a construção de uma reflexão crítica das condições do ambiente em que se encontra inserida. Nesse caso, o diário é então considerado um instrumento/ferramenta para denunciar e transformar sua situação social. Ela então afirma: “Vou escrever um livro referente a favela. Hei de citar tudo que aqui se passa. E tudo que vocês me fazem. Eu quero escrever o livro, e vocês com essas cenas desagradáveis me fornece os argumentos” (Idem, p. 20). Ciente de que poderia ser silenciada nesse processo de denúncia social, escreve: “... Há de existir alguém que lendo o que eu escrevo dirá... isto é mentira! Mas, as misérias são reais” (Idem, p. 46).

Sendo a favela, ou, de acordo com o IBGE, o aglomerado subnormal⁴⁵, é majoritariamente habitada por corpos negros, dado que são os que mais têm dificuldade de ascender economicamente⁴⁶, pois são corpos subalternos, os quais, segundo Spivak (2000, p. 20), são “as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos

⁴⁵ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 21 de jul. de 2021.

⁴⁶ “De acordo com estudo Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, do IBGE, as pessoas de cor ou raça preta ou parda constituem, também, a maior parte da força de trabalho no País. Em 2018, tal contingente correspondeu a 57,7 milhões de pessoas, ou seja, 25,2% a mais do que a população de cor ou raça branca na força de trabalho, que totalizava 46,1 milhões. Entretanto, em relação à população desocupada e à população subutilizada, que inclui, além dos desocupados, os subocupados e a força de trabalho potencial, as pessoas pretas ou pardas são substancialmente mais representadas – apesar de serem pouco mais da metade da força de trabalho (54,9%), elas formavam cerca de $\frac{2}{3}$ dos desocupados (64,2%) e dos subutilizados (66,1%) na força de trabalho em 2018. [...] No que diz respeito às condições de vida, as desigualdades por cor ou raça revelam-se também nas condições de moradia, tanto na distribuição espacial dos domicílios, como no acesso a serviços, quanto nas características individuais dos domicílios. Em relação à distribuição espacial, o Censo Demográfico 2010 verificou que, nos dois maiores municípios brasileiros, São Paulo e Rio de Janeiro, a chance de uma pessoa preta ou parda residir em um aglomerado subnormal era mais do que o dobro da verificada entre as pessoas brancas. No Município de São Paulo, 18,7% das pessoas pretas ou pardas residiam em aglomerados subnormais, enquanto entre as pessoas brancas esse percentual era 7,3%. No Município do Rio de Janeiro, 30,5% das pessoas pretas ou pardas residiam em aglomerados subnormais, ao passo que o percentual registrado entre as pessoas brancas foi 14,3%”. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>. Acesso em: 21 de jul. de 2021.

específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante”⁴⁷. Buscando romper com as estruturas de opressão e com as máscaras que reafirmam o projeto colonial de manter o subalterno silenciado, Carolina escreve, pois, segundo Conceição Evaristo, “eu tenho dito muito que a gente sabe falar pelos orifícios da máscara e às vezes a gente fala com tanta potência que a máscara é estilhaçada. E eu acho que o estilhaçamento é um símbolo nosso, porque nossa fala força a máscara⁴⁸”. Nesse sentido, a autora discorda de Spivak ao acreditar na quebra do silêncio estabelecido.

Segundo Fairclough (2001), o discurso tem um papel central na (re)produção da dominação, do exercício do poder social de um grupo sobre outro considerado subalterno. Assim, para Mbembe, o “Negro é também nome de injúria, o símbolo do homem que enfrenta o chicote e o sofrimento num campo de batalha em que se opõem grupos e facções sociorracialmente segmentadas” (MBEMBE, 2014, p. 40). Como se pode ver em:

Passou um senhor, parou e olhou. E disse perceptível:
 - Será que este povo é desse mundo?
 Eu achei graça e respondi:
 - Nós somos feios e mal vestidos, mas somos deste mundo. (JESUS, 2014, p. 145)

Assim, com base nos estudos de Spivak (2010), entendemos que a posição subalterna de Carolina Maria de Jesus, por ser mulher negra, pobre e favelada, é ainda mais complicada, pois “se no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (Idem, p.54). Como é possível identificar no trecho:

Quando eu era menina o meu sonho era ser homem para defender o Brasil, porque eu lia a história do Brasil e ficava sabendo que existia guerra, só lia os nomes masculinos como defensores da pátria então eu dizia para minha mãe:
 – Porque a senhora não faz eu virar homem?
 Ela dizia:
 – Se você passar por debaixo do arco-íris você vira homem.
 Quando o arco-íris surgia eu ia correndo na sua direção mas o arco-íris estava sempre distanciando. (Idem, p. 53, 54)

⁴⁷ No original “The bottom layers of society constituted by specific modes of exclusion from markets, political-legal representation, and the possibility of full membership in dominant social strata” Disponível em: <http://s3.amazonaws.com/arena-attachments/2628548/a0ace555ef5acf51f2e307feb327e93f.pdf?1535663391>. Acesso em: 21 de jul. de 2021.

⁴⁸ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/conceicao-evaristo-201cnossa-fala-estilhaca-a-mascara-do-silencio201d/>. Acesso em: 20 de nov. de 2021.

Por esse viés, o ser negro apresenta uma intersecção de gênero, raça e classes, dado que, de acordo com Angela Davis, “classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida”⁴⁹. Ou seja, ambos se interseccionam, fazendo com que as identidades e experiências sociais de mulheres, em especial mulheres negras, sejam atravessadas por diversos marcadores sociais como gênero, raça, orientação sexual, classe social, os quais não se somam, mas se cruzam, como no exemplo dado por Crenshaw:

Considere a analogia ao tráfego num cruzamento, indo e vindo nas quatro direções. A discriminação, como o tráfego no cruzamento, pode fluir numa ou noutra direção. Se um acidente acontece no cruzamento, sua causa pode ser os carros viajando de quaisquer direções e, às vezes, de todas elas. De modo similar, se uma mulher negra sofre injúrias por estar numa intersecção, elas podem resultar da discriminação sexual ou racial (CRENSHAW, 1989, p. 149).⁵⁰

Desse modo, Carolina Maria de Jesus não é apenas triplamente oprimida, isto é, por ser mulher, devemos acrescentar o fato de ser negra, pobre e favelada, pois “a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento” (CRENSHAW, 2002, p.177), como podemos ler em: “Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me: – É pena você ser preta. (JESUS, 2014, p. 64)

Assim, raça, etnia, gênero e classe constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos, e esses elementos não se excluem, mas se cruzam e entrecruzam. Nesse sentido, Carolina, por ser mulher negra está posicionada no espaço em que se cruza racismo, classe e gênero e, por isso, de acordo com Crenshaw, está sujeita a ser atingida “pelo intenso fluxo de tráfego em todas essas vias” (Ibidem). É possível entender a interseccionalidade como,

⁴⁹ Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>>. Acesso em: 22 de jul. de 2021.

⁵⁰ Do original: “Consider an analogy to traffic in an intersection, coming and going in all four directions. Discrimination, like traffic through an intersection, may flow in one direction, and it may flow in another. If an accident happens in an intersection, it can be caused by cars traveling from any number of directions and, sometimes, from all of them. Similarly, if a Black woman is harmed because she is in the intersection, her injury could result from sex discrimination or race discrimination”. Disponível em: < <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>>. Acesso em: 22 de jul. de 2021.

uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002, p.177)

Nesse processo, é possível observar em Carolina confluências que conduzem ao desempoderamento, como em “os pretos são perseguidos porque a sua pele é da cor da noite” (JESUS, 2014, p. 121), assim como possibilidades de resistência (“eu não tenho homem em casa. É só eu e meus filhos. Mas eu não pretendo relaxar” (Idem, p.22)), ou ainda quando afirma que vive para o seu ideal que, como vimos, é sair da favela.

De manhã eu estou sempre nervosa. Com medo de não arranjar dinheiro para comprar o que comer. Mas hoje é segunda-feira e tem muito papel na rua. (...) O senhor Manuel apareceu dizendo que quer casar-se comigo. Mas eu não quero porque já estou na maturidade. E depois, um homem não há de gostar de uma mulher que não pode passar sem ler. E que levanta para escrever. E que deita com lápis e papel debaixo do travesseiro. Por isso é que eu prefiro viver só para o meu ideal (Idem, p.49)

Sobre o termo raça, Silvio de Almeida, em seu livro *O que é racismo estrutural?*, afirma que há grande controvérsia sobre a etimologia do termo que, em geral, relaciona-se à necessidade do homem de classificar, ou seja, rotular os seres humanos na modernidade. Ele afirma que o sentido de raça

está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da *raça* sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito *relacional e histórico*. Assim, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas. (ALMEIDA, 2018, p.19)

Com essa alegação, o autor declara que a ideia de raça, na verdade, funciona como um elemento político utilizado para fundamentar as desigualdades sociais existentes. O conceito de raça moderno acaba por gerar as diversas formas de discriminação que diariamente condenam homens e mulheres como Carolina Maria de Jesus a ocuparem apenas os quartos de despejo da sociedade. Isso só é possível de ser efetivado devido às relações de poder que, segundo Foucault (2006), estão fixadas, limitam a liberdade, oprimem e controlam o corpo, pois estão enraizadas na estrutura da sociedade brasileira. São essas conexões que, ainda segundo Almeida, contribuem para que determinados grupos sociais dominantes mantenham sua hegemonia e seus interesses. Ou seja, a mesma hegemonia já sinalizada por Fairclough que reproduz uma dominação racista, assim como

sexista e, através de seus mecanismos de subordinação, perpetua a continuidade dessas relações estruturadas, por décadas, na sociedade e determinam, a partir da posição social ocupada por indivíduos como Carolina, as oportunidades de acesso a lugares de cidadania.

Na obra *Quarto de Despejo* é possível observar ainda a perigosa junção do racismo com o sexismo que, segundo Gonzalez (1984, p. 2), “produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular”. Ou seja, através de termos depreciativos é possível exercer sobre a mulher uma violência simbólica:

Sentei ao sol para escrever. A filha da Silvia, uma menina de seis anos, passava e dizia:

- Está escrevendo, *negra fidida!*

A mãe ouvia e não repreendia. São as mães que instigam. (JESUS, 2014, p. 28)

Negra fidida! Mas você me paga! (Idem, p. 97)

Negra suja. Ordinária. Vagabunda. Lixeira. (Idem, p. 98)

Eu já estou aborrecendo de catar papel, porque quando chego lá no depósito tem a Círcia que trabalha lá e é muito bruta. Insulta-me e eu finjo não ouvir. Diz que sou *fidida*. (Idem, p. 104)

No trecho, as palavras “negra” e “fidida” são usadas de forma pejorativa, evidenciando o aspecto estrutural do preconceito na sociedade brasileira. Esse último termo que faz referência ao cheiro de sujeira associado à mulher negra, de acordo com Gonzalez, justifica-se, pois

Quando chegava na hora do casamento com a pura, frágil e inocente virgem branca, na hora da tal noite de núpcias, a rapaziada simplesmente brochava. Já imaginaram o vexame? E onde é que estava o remédio providencial que permitia a consumação das bodas? Bastava o nubente cheirar uma roupa de crioula que tivesse sido usada, para “logo apresentar os documentos”. E a gente ficou pensando nessa prática, tão comum nos intramuros da casa grande, da utilização desse santo remédio chamado catinga de crioula (depois deslocado para o cheiro de corpo ou simplesmente cc). E fica fácil entender quando xingam a gente de negra suja, né? (GONZALEZ, 1984, p. 234)

Como forma de quebrar esse paradigma instituído por uma hegemonia dominante, Carolina faz da escrita um ato político, um modo de reconhecer o ser negro na sociedade, pois para Hall (1996, p.443)

o que está em questão aqui é o reconhecimento da extraordinária diversidade de posições subjetivas, experiências sociais e identidades culturais que compõem a categoria ‘negra’, isto é, o reconhecimento que ‘negro’ é, essencialmente, uma categoria construída política e culturalmente.

No contexto das décadas de 50 e 60, exigia-se que a mulher casada fosse comportada, dedicada ao lar e ao marido, ou seja, criou-se um estereótipo de mulher, como no trecho em que a autora narra a briga de um casal da favela e o marido afirma: “Mulher depois que casa é para suportar o marido e eu não admito soldado dentro da minha casa” (JESUS, 2014, p. 96). Esse era o destino que cabia à mulher, submeter-se a essa tirania patriarcal descrita por bell hooks como

um sistema político-social que insiste que os homens são inerentemente dominantes, superiores a tudo e a todos considerados fracos, especialmente mulheres e que são dotados do direito de dominar e governar os fracos e de manter esse domínio através de várias formas de terrorismo psicológico e violência. (hooks, 2007, p. 68).

Assim, o patriarcalismo é mais uma face da dominação colonial que, segundo Mignolo (2017, p. 10), molda as “relações patriarcais, uma vez que as relações hierárquicas sexuais dependem muito, no mundo moderno/colonial, da classificação racial”. Esse domínio coloca a mulher negra numa condição social inferior a qualquer outro grupo, suportando o fardo da opressão machista, racista e classista, como podemos observar nos seguintes trechos: - seu marido onde trabalha? – não tenho marido, e nem quero! Uma senhora que estava me olhando escrever despediu-se. Pensei: Talvez ela não tenha apreciado a minha resposta” (JESUS, 2014, p.23) ou ainda “porque é que a senhora não casou? Agora a senhora tinha um homem para ajudar” (Idem, p. 87)

Assim, Carolina nem se submete ao casamento como obrigação em atender uma demanda social vigente, nem perpetua um pensamento de que a mulher negra servia apenas de concubina, como relata Gonzalez (1984, p. 229): “Já naqueles tempos, observase de que maneira a consciência (revestida de seu caráter de autoridade, no caso) buscava impor suas regras do jogo: concubinação tudo bem; mas casamento é demais”.

Utilizando-se da morte, o racismo exerce seu poder de forma deliberada em contextos sociais que são resultado dos processos de colonização, e, de forma soberana determina, ou melhor, sentencia, quais vidas merecem ser vividas e quais são corpos matáveis, no caso, os corpos negros tidos como periféricos, subalternos, situados, então, no subgrupo:

O Negro não existe, no entanto, enquanto tal. É constantemente produzido. Produzir o Negro é produzir um vínculo social de submissão e um corpo de exploração, isto é, um corpo inteiramente exposto à vontade de um senhor, e do qual nos esforçamos para obter o máximo de rendimento. (Mbembe, 2014, p.40)

Logo, conforme Mbembe (2008), o estado estabelece o direito soberano de matar, e decide se fará isso promovendo o assassinato ou o suicídio. No diário, esse poder se manifesta diversas vezes, como relata Carolina no trecho “Levantei nervosa. Com vontade de morrer. Já que os pobres estão mal colocados, pra que viver?” (JESUS, 2014, p. 33) ou ainda, “como é horrível levantar de manhã e não ter nada para comer. Pensei até em suicidar. [...] Eu disse-lhe que eu não tenho nada para os meus filhos comer” (Idem, p.89). Assim, a morte seria também o espaço da liberdade (MBEMBE, 2008, p. 32), como uma forma de escapar da fome.

Mas é a literatura e a linguagem, a qual age, muitas vezes, como mecanismo de manutenção de poder, que fazem com que Carolina consiga resistir ao estatuto da necropolítica, que sob o pano da democracia racial conduz homens e mulheres negros como ela para a miséria, para a criminalidade e para a morte. Essa que, muitas vezes, pode ocorrer em vida, quando se promove a morte do pensamento, ou seja, o epistemicídio do saber o qual, segundo Boaventura de Sousa Santos⁵¹, corresponde à

inferiorização de outros, desperdiçando-se, em nome dos desígnios do colonialismo, a riqueza de perspectivas presente na diversidade cultural e nas multifacetadas visões do mundo por elas protagonizadas. (2009b, p. 183)

Ou seja, a tentativa de silenciamento da obra de Carolina é um resultado do colonialismo que ainda age por intermédio da dominação política e cultural, deslegitimando, ou melhor, assassinando a produção de conhecimento de mulheres negras como ela, por sua condição de subalternidade. No entanto, o conhecimento produzido pela autora se constrói de forma válida, pois baseia-se em uma experiência social, dado que, para Boaventura (Ibidem), não há conhecimento sem prática e atores sociais. Logo, essa exclusão de conhecimento consiste na

negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro com o portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. (CARNEIRO, 2005, p. 97)

Esse, segundo Boaventura (2009b, p. 183) é o processo de silenciamento a que foram submetidos povos e mulheres como Anastácia, como Carolina Maria de Jesus,

⁵¹ Disponível em: <
http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Revista%20Lusofona%20Educacao_2009.pdf>. Acesso em: 23 de out. de 2021.

Marielle e tantas outras, cuja valoração da cor da pele é produto de um colonialismo que estabeleceu e ainda estabelece uma dominação física e intelectual.

Considerações finais

Para buscar ser fiel ao pensamento de nossa autora foi preciso, antes de mais nada, “saber renunciar à previsibilidade, transitar sem medo no interior do movimento incessante das ideias, usufruir da plasticidade do pensamento e acreditar na permanente insuficiência do conhecimento” (SOUZA, 1997, p. 333).

Dessa forma, nosso trabalho promoveu primeiro uma transformação em nós, uma mudança de pensamento, um encontro com nossa essência e nosso lugar de fala. A partir disso, buscamos de forma didática e acessível disseminar esse conhecimento, que não se encerra aqui, mas que estará em constante aprendizado e transformação, pois não queremos promover uma imposição epistemológica da verdade, mas uma reflexão. Porquanto, nosso interesse está em desnudar a realidade do racismo diário sofrido por mulheres negras, e em contribuir para interrupção do regime de autoridade que tenta, a séculos, silenciar essas mulheres.

Em vista do que foi apresentado, constatamos que a ADC “pode auxiliar na identificação de sentido ideológicos, das ordens do discurso em operação na sociedade em questão, no questionamento da ideologia dominante e no fortalecimento de sentidos em prol de uma ordem social justa” (MAGALHÃES, MARTINS, RESENDE, 2017, p. 178), dado que a teoria apresenta-se como um caminho para auxiliar a luta dos grupos minoritários no contexto social e político ao propiciar “tanto uma análise crítica de realidades de injustiças e desigualdades que beneficiam alguns grupos em detrimento de outros”, quanto ao fornecer “um instrumento teórico-prático que pode ter papel preponderante na luta política que precede a transformação dessas realidades”, buscando “cessar a opressão e promover justiça e igualdade nas relações sociais” (Idem, p. 176). Diante disso, buscamos mostrar, por meio dos trechos selecionados da obra *Quarto de Despejo*, a possibilidade de analisar tanto um contexto social quanto um contexto discursivo. Embora o *corpus* seja amplo, abordamos algumas das principais regularidades discursivas presentes na obra, cientes de que esta análise não se encerra aqui, todavia se constitui como elemento importante para a discussão sobre a necessidade de mudança social em favor de pessoas e grupos em desvantagem.

O diário, em geral, apresenta-se como um texto secreto, simples e cotidiano, carregado de pensamentos e sentimentos, fatos que em nada diminuem sua relevância, pois dessa simplicidade Carolina Maria de Jesus assumiu seu lugar de fala de escritora, construiu a própria imagem e mostrou que é capaz de pensar sobre as condições de

opressão as quais estava submetida, rompendo o silêncio. Fez de *Quarto de despejo* um *best-seller* da literatura brasileira, segundo prefácio de Audálio Dantas, de 1993, teve 10 mil exemplares vendidos já na semana de lançamento, e 100 mil em poucos meses seguintes, o que para época era um feito único, além de ter sido traduzido para mais de 13 idiomas. De acordo com dados da Empresa Brasil de Comunicação (EBC)⁵², atualmente, já foi traduzido para mais de 40 idiomas, vendeu mais de um milhão de exemplares e encontra-se na 10ª edição. Provando que é possível “criar envolvimento e beleza, por mais que se afaste do padrão estabelecido pelos escritores da elite” (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 22)

No entanto, apenas sua principal obra é encontrada nas prateleiras, o que comprova os estudos de Dalcastagnè, em que a crítica literária nacional, assim como as grandes editoras e distribuidoras, ainda está muito carente das obras de Carolina Maria de Jesus, composta também por: *Casa de alvenaria*, *Diário de Bitita e Provérbios e Pedacos da fome*, além de poemas, contos, quatro romances e três peças de teatro. Ao desconsiderar o conjunto da obra, destaca-se o fato de que, muitas vezes, Carolina é vista apenas como negra, pobre, catadora de lixo e acaba sendo transformada a numa personagem exótica, o que termina por apagar sua autoridade enquanto autora. Ainda segundo Dalcastagnè, esse apagamento é feito pelo reconhecimento exclusivo dos seus diários “Como se a alguém como Carolina Maria de Jesus não coubesse mais do que escrever um diário, reservando-se o “fazer literatura” àqueles que possuem legitimidade social para tanto” (2012, p. 43). É nesse sentido que se instaura o discurso hegemônico que de forma hierárquica busca impor a mulheres como Carolina um lugar de desprezo.

Assim, o diário de Carolina Maria de Jesus é uma obra relevante não apenas para a literatura brasileira, pois é um relato que carrega em si um valor sociológico e histórico e revela de forma expressiva a realidade do lugar social que ocupa. Foi a forma que ela encontrou para sair da invisibilidade como ser humano, mas acabou esbarrando na invisibilidade teórica e literária imposta a mulheres negras no campo literário, quando elas decidem se apropriar do discurso e contar sua história.

Portanto, pretendemos, com nossa análise, evidenciar a luta dessa e de tantas outras mulheres negras pelo reconhecimento de uma identidade dentro da literatura, propiciando tanto uma reflexão no âmbito acadêmico quanto uma nova concepção de um mundo menos excludente com relação ao consumo de obras escritas por mulheres negras.

⁵² Disponível em: < <https://memoria.etc.com.br/cultura/galeria/audios/2014/03/carolina-de-jesus-foi-escritora-que-mais-vendeu-livros-no-pais>>. Acesso em: 09 de ago. de 2021.

E, desse modo, descolonizar a leitura de Carolina como sendo apenas um testemunho do dia a dia de uma favelada, mas lê-la pelo que produziu como uma escritora que criou a grande experiência literária que é *Quarto de despejo*, pois acreditamos que esse trabalho se justifica diante de um cenário social, até mesmo mundial, atravessado por restrições de direitos que implicam em uma falta de representatividade da mulher negra seja na literatura, seja no contexto social.

Diante disso, intencionamos, em trabalhos futuros, abordar na prática da sala de aula a obra de Carolina, analisando a recepção da obra pelos alunos. Dado que existe uma grande polêmica sobre a utilização ou não dos textos da autora em sala de aula por não atenderem à linguagem dita padrão. No entanto, seguimos o pensamento de Motta-Roth (2008, p. 373) ao questionar que o problema da educação formal não é necessariamente a falta de conhecimento sobre as regras da língua padrão, visto que o aluno conhece a língua materna, mas, talvez, o problema seja a falta de acesso às atividades de contextos sociais e gêneros hegemônicos. Dessa forma, será possível ensinar os usos da linguagem como uma prática significativa dentro da sociedade, visando promover uma mudança social e cultural. E, com isso, buscaremos romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ALVES, Ana Carla Farias; ALVES, Ana Karina da Silva. As trajetórias e lutas do movimento feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres. In. IV SEMINÁRIO CETROS NEODESENVOLVIMENTISMO, TRABALHO E QUESTÃO SOCIAL. 2013, Fortaleza. *Anais eletrônicos*. Ceará: Universidade Estadual do Ceará, 2013. p. 1-9 Disponível em: <http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/69-17225-08072013-161937.pdf>. Acesso em: 29 out de 2020.

ANZALDÚA, Gloria E. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revistas Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229-236, 1. sem. 2000.

ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1962, v. II.

BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira; com a colaboração de Lúcia Teixeira Wisnik e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. 9.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BAKHTIN, Mikhail. O discurso no romance. In: *Questões de estética e de literatura*. 3.ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 1993.

———. *Estética da criação verbal*. 2. ed. — São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BOSSI, Alfredo. *O conto brasileiro contemporâneo*. Cultrix: São Paulo, 2008.

BRAIT, Beth. O discurso sob o olhar de Bakhtin. In: GREGOLIN, Maria do Rosário; BARONAS, Roberto (Org). *Análise do Discurso: as materialidades do sentido*. 2. ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2003.

_____. (Org.). *Bakhtin: dialogismo e construção do sentido*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1997.

BRANDAO, Helena Hathsue Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. – 2ª ed. rev. - Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

BRASIL. Constituição. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 13 de jul. de 2021.

_____. Constituição. *Constituição Política do Império do Brasil*. Brasil, 1894. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 13 de jul. de 2021.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais*. Língua portuguesa. Brasília (DF), 1998.

CARNEIRO, Aparecida Sueli; FISCHMANN, Roseli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. Geledés, 2011. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>>. Acesso em: 20 de nov. de 2021.

CASTRO, Ana Claudia Veiga de. Carolina e João na cidade: do popular ao marginal. In: *Seminário Domesticidade, Gênero e Memória*. Mesa 2: Espaços por escrito: cidade e memória, 2017. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4326005/mod_resource/content/1/anacastro_CarolinaeJoanaCidade_fim.pdf>. Acesso em: 21 de jul. de 2021.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

COSTA, Marcos Antonio. Estruturalismo. In: *Manual de linguística*. Mário Eduardo Martelotta (org.) 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2011.

CRENSHAW, Kimberlé W. “Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color”. In: Fineman, Martha Albertson & Mykitiuk, Roxanne (orgs.). *The public nature of private violence*. Nova York, Routledge, 1994, pp. 93-118.

_____. *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. Estudos feministas. Florianópolis, v. 10, n. 1, p.171-189, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em: 22 de jul. de 2021.

DALCASTAGNÈ, Regina. *A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004*. Revista Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, Brasília, n. 26, p. 13-71, jul./dez. 2005. Disponível em: < <https://repositorio.unb.br/handle/10482/7380>>. Acesso em: 16 out. 2020.

_____. *Isso não é literatura*. Revista Entre fronteiras e cercado de armadilhas. Brasília: Ed. UnB e Finatec. 2005.

_____. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 18-31, dezembro 2007.

_____. (Org.). Vozes e sombras: representação e legitimidade na narrativa contemporânea. In: *Ver e imaginar o outro: alteridade, desigualdade, violência na literatura brasileira contemporânea*, 2008. Vinhedo: Horizonte. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000106&pid=S2316-4018201400020001300002&lng=en>. Acesso em: 15 de fev. 2021.

_____. *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. Vinhedo, Editora Horizonte/Rio de Janeiro, Editora da Uerj, 2012.

DANTAS, Audálio. Casa de alvenaria, história de uma ascensão social. In: JESUS, Carolina Maria de. *Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada*. São Paulo: Livraria Francisco Alves. p. 5-10, 1961.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016. Disponível

em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4248256/mod_resource/content/0/Angela%20Davis_Mulheres%2C%20raca%20e%20classe.pdf>. Acesso em: 16 out. 2020.

DIJK, T. A. van. *Discurso, Notícia e Ideologia*. Estudos na Análise Crítica do Discurso, Porto: Campo das Letras/Universidade do Minho, ISBN 989-625-000-6, 2005.

DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard. *Gêneros orais e escritos na escola*. Mercado de Letras, Campinas, 2004

EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas, 2016.

———. *Gênero e Etnia: uma escre (vivência) de dupla face*. Texto apresentado no Seminário Nacional X Mulher e Literatura I Seminário Internacional Mulher e Literatura/UFPB – 2003.

———. *Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita*. Marcos Antônio Alexandre, org. Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces. Belo Horizonte: Mazza, 2007.

FAIRCLOUGH, N., e MELO, I. F. de. *Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica*. 2012. Disponível em: < <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v25i2p307-329>>. Acesso em 19 out. 2020.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB, 2008.

_____. *Discourse, social theory and social research: the case of welfare reform*. Journal of Sociolinguistics, 2000.

_____. *Language and power*. London, Longman, 1989.

_____. *Analysing Discourse: textual analysis for social research*. Londres: Routledge, 2003.

_____. *Critical Discourse Analysis. The critical study of language*. 2. Ed. Harlow: Pearson, 2010.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. - Salvador: EDUFBA, 2008.

FARACO, Carlos Alberto. Autor e Autoria. In: BRAIT, Beth. *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2010. p.179-180.

FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. 2. ed., 4^o reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2020. 160 p.

_____. *Linguagem e interdisciplinaridade*. In: Alea v.10 n.1 Rio de Janeiro jan./jun. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-106X2008000100003>. Acesso em: 02 de mai. 2021.

_____. *Linguagem e ideologia*. 6. ed, São Paulo: Ática, 1998.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, - 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. *Em defesa da sociedade: curso collège de France*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: MOTTA, Manoel Barros da. *Foucault: ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense, 2006, p. 264-287.

_____. A escrita de si. In: *Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

GOMES, Carlos M.; RAMALHO, Christina B. e CARDOSO, Ana Maria L. (Orgs.) *Escritas da resistência: intersecções feministas da literatura*. Aracaju, SE: Criação Editora, 2019.

GONÇALVES, Conceição, KEROLAYNE, Jessy. *A máscara não pode ser esquecida*. Poiesis, Niterói, v. 21, n. 35, p. 345-362, jan./jun. 2020. [<https://doi.org/10.22409/poiesis.v21i35.36386>]

GONZALEZ, Lélia. *Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher*. Pittsburgh, 1979.

_____. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

_____. *A categoria político-cultural de amefricanidade*. Tempo Brasileiro, nº. 92/93, Rio de Janeiro, jan./jun.1988.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de Negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: Claraluz, 2006.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro, 2006.

_____. *Representation cultural representations and signifying practices*. SAGE Publications, 1997.

hooks, bell. Intelectuais Negras. In: *Revista Estudos Feministas*, v. 3 n. 2. Rio de Janeiro – 1995, pp. 464-478. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465>>. Acesso em: 20 de nov. de 2021.

_____. *Feminism is for everybody: Passionate Politics*. London: Pluto Express, 2015.

_____. *The Will to Change: men, masculinity, and love*. 2007.

_____. *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*. London: Sage, 1997.

_____. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015, pp. 193-210.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 2014.

_____. *Diário de Bitita*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

_____. *Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada*. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1961.

KILOMBA, Grada. “The Mask”. In: *Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism*. Münster: Unrast Verlag. 2. Auflage, 2010. Tradução: JESUS, J. O. de. A Máscara. *Cadernos de Literatura em Tradução, [S. l.]*, n. 16, p. 171-180, 2016. DOI: 10.11606/issn.2359-5388.i16p171-180. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/clt/article/view/115286>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

KOCH, I. G. V.; FÁVERO, L. L. C. *Linguística textual: uma introdução*. 9 ed. São Paulo, Cortez, 2008.

_____. *Argumentação e Linguagem*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOCH, Ingedore Villaça. *O texto e a construção do sentido*. São Paulo: Contexto, 1997

KLEIMAN, A. *Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura*. Campinas: Pontes, 2002.

KRENAK, Ailton. *Ideias para Adiar o Fim do Mundo*. Companhia das Letras, 2019.

LACERDA, Lilian Maria de. Lendo vidas: A memória como escritura autobiográfica. In: MIGNOT, Ana Crystina Venâncio; BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos. *Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres, 2000. p. 81-107.

LEITE, Viviani Cavalcante de Oliveira; NOLASCO, Edgar César. Conceição Evaristo: escrevivências do corpo. In: *RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, v. 05, ed. especial, mai., 2019, artigo nº 1566. Disponível em: <

https://www.researchgate.net/publication/333807465_Conceicao_Evaristo_escrivencias_do_corpo>. Acesso em: 15 de jul. de 2021.

LEJEUNE, P. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Organização de Jovita Maria Gerheim Noronha; tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MACEDO, Márcio. De corpo e alma na memória afro-brasileira. In: *Artes do corpo*. São Paulo, Selo Negro Edições, 2004, 252 pp.

MAGALHÃES, Izabel. Teoria Crítica do Discurso e Texto. In: *Linguagem em (Dis)curso - LemD*, Tubarão, v. 4, n.esp, p. 113-131, 2004

_____. (Org.) Editorial. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v.4, p. 3-6, 2000.

MAGALHÃES, I; MARTINS, A. R.; RESENDE, V. M. *Análise de Discurso Crítica: um método de pesquisa qualitativa*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2017.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Gêneros textuais: constituição e práticas sociodiscursivas*. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *Gêneros textuais: definição e funcionalidade*. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.). *Gêneros textuais e ensino*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

MARTINS, Mireile Silva; MOITA, Júlia Francisca Gomes Simões. *Formas de silenciamento do colonialismo e epistemicídio: apontamentos para o debate*. Disponível em: http://www.eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/mireile_silva_martins.pdf>. Acesso em: 16 de fev. 2021.

MAZIÈRE, Francine. 2007. *A análise do discurso: história e práticas*. Tradução Marco Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial.

MBEMBE, Achille. *A crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014.

_____. *Necropolítica*. São Paulo, 2018.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. (Org.) *Antologia pessoal/Carolina Maria de Jesus*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

_____. *Carolina Maria de Jesus: emblema do silêncio*. Revista USP, São Paulo, (37): 82-91, março/maio 1988. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/27047/28821>. Acesso em: 13 de jul. de 2021.

MEURER, J.L. Gêneros textuais na análise crítica de Fairclough. In: *Gêneros teorias, métodos e debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

MIGNOLO, Walter. *Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Argentina: Ediciones del signo, 2010.

_____. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 32, nº 94, junho/2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade*. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n3/v17n3a07.pdf>>. Acesso em: 11 de outubro de 2019.

MOTTA-ROTH, Désirée. Análise crítica de gêneros: contribuições para o ensino e a pesquisa de linguagem. In: *DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 24, n. 2, 2008, pp. 341-383.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Christina (orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. - 7. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

NASCIMENTO, Gabriel. *Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo*. Belo horizonte: letramento, 2019.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e Classificação social. In: *Epistemologias do Sul*, 2009, p. 73-109.

_____. *Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en américa latina. Dispositio*, vol. 24, no. 51, Center for Latin American and Caribbean Studies, University of Michigan, Ann Arbor, 1999, pp. 137-48.

_____. *Colonialidad y modernidad/racionalidad*. En *Perú Indígena*, vol. 13, Nº 29, Instituto Indigenista, Lima, 1992.

RAMALHO, Viviane C. Vieira Sebba. *Constituição da Análise de Discurso Crítica*. SIGNÓTICA, v. 17, n. 2, p. 275-298, jul./dez. 2005

RESENDE, V. M. e RAMALHO, V. *Análise de Discurso Crítica*. 2. Ed. São Paulo: Contexto 2019.

_____. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Coleção: Linguagem e Sociedade Vol. 1 Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

RIBEIRO, Djamila. *O que é: lugar de fala?*. Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

SANTOS, Marcela Ernesto dos. Autobiografia feminina: a identidade e o preconceito nas memórias de Carolina Maria de Jesus e Maya Angelou. In: *Revista Iluminart do IFSP*, V. 1, n. 4, Sertãozinho – Abril, 2010, ISSN: 1984 – 8625.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*, 2009^a, p. 183-189.

_____. *Epistemologias do Sul*. Revista Lusófona de Educação. 2009b, p. 183-189. Disponível em: <
http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Revista%20Lusofona%20Educacao_2009.pdf>. Acesso em: 23 de out. de 2021.

_____. Do pós-moderno ao colonial. E para além de um e outro. In: *Travessias*, n. 6, p. 15-37. Centro de Estudos Sociais, Coimbra, 2008. Disponível em: <
<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/43227>>. Acesso em: 14 de jul. 2021.

SILVA, Jocelma Boto e PEREIRA, Maria Helena de Melo. Escrever a própria vida: aspectos estilísticos do gênero diário pessoal. In: *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica*, Salvador, v. 01, n. 02, p. 295-312, maio/ago. 2016.

SIPRIANO, B. F.; GONÇALVES, J. B. C. O conceito de vozes sociais na teoria bakhtiniana. In: *Revista Diálogos*. Relendo Bakhtin, v. 5, n. 1, 2017. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/revdia>. Acesso em: 15 de jul. de 2021.

SOUZA, Solange Jobim e. Mikhail Bakhtin e Walter Benjamin: polifonia, alegoria e o conceito de verdade no discurso da ciência contemporânea. In: *Bakhtin: dialogismo e construção do sentido*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1997.

SPIVAK, Gayatri Chakra Orty. *Pode o subalterno falar?*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

_____. Foreword: Upon Reading the Companion to Postcolonial Studies. In: *A Companion to Postcolonial*. Studies Blackwell Publishing, 2000.

STANTON, Elizabeth Cady, ANTHONY, Susan B. et al. *History of Woman Suffrage*, v. 1, cit., p. 115-7.

STELLA, Paulo Rogério. Palavra. In: BRAIT, Beth. *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2010. p.179-180.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 9. Ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

WODAK, R. y Meyer, M. *Métodos del análisis crítico del discurso*. Barcelona: Gedisa, 2003.